

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Conselhos Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | socs@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 89, DE 03 DE MAIO DE 2023 – CONSUNI/UFT

Dispõe sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária realizada no dia 03 de maio de 2023 no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, conforme dados do processo nº 23101.002951/2023-85.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PETIC) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT).

Anexo da Resolução nº 89/2023 - Consuni
Aprovado pelo Conselho Universitário em 03 de maio de 2023.

Palmas/TO,
2023.

COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL (CGD)

Luis Eduardo Bovolato

Reitor

Marcelo Leineker

Vice-Reitor

Eduardo José Cezari

Pró-Reitor de Graduação

Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Rafael Sanzio Pimenta

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitor de Assistência Estudantil

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento

Ary Henrique Moraes de Oliveira

Pró-Reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação

Michelle Semiguen Lima Duarte

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Carlos Alberto Moreira de Araújo Júnior

Pró-Reitor de Administração e Finanças

Eder Gama Silva

Ouvidor

EQUIPE DE APOIO

Werley Teixeira Reinaldo

Diretor de Soluções Digitais

Anna Paula de Sousa Parente Rodrigues

Coordenadora de Soluções para a Educação

Emilio Mario Wieczorek

Coordenador de Soluções para a Gestão

Olivia Tozzi Bittencourt

Diretora de Infraestrutura Tecnológica

Glauco Batista Sousa

Coordenador de Segurança da Informação



Controle de versões:

Versão	Data	Autoria	Tipo de Modificação
1.0	31/03/2023	Ary Henrique Moraes de Oliveira	Versão Inicial do Documento
1.1	20/03/2023	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação	Discussão realizada pelo CGTIC
1.2	27/03/2023	Comitê de Governança Digital	Discussão realizada pelo CGD
1.3	17/04/2023	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação	Aprovação no CGTIC

Contatos:

Técnico	Telefone	E-mail
Ary Henrique Moraes de Oliveira	(63) 3229-4034	protic@uft.edu.br
Ediane Dias dos Santos	(63) 3229-4034	protic@uft.edu.br



APRESENTAÇÃO

O planejamento pode ser compreendido como uma preparação para agir de forma mais efetiva, buscando reduzir as incertezas inerentes ao futuro e possibilitando a tomada de decisões de forma antecipada sobre situações que poderão ocorrer. Dessa forma, planejar é determinar seus objetivos ou metas e coordenar os meios e recursos para atingi-los. As instituições devem ter a capacidade de percepção e de organização de suas experiências e perspectivas futuras, buscando integrar conhecimento e conteúdo, e priorizar questões relevantes com ações associadas a objetivos definidos. Portanto, planejar significa orientar ações presentes e futuras visando atingir um objetivo.

O planejamento é uma importante ferramenta para a tomada de decisão e faz com que os gestores estejam aptos a agir com iniciativa diante das constantes mudanças que ocorrem. Ele permite a concentração de esforços onde os benefícios são maiores ou onde há maior necessidade (eficácia e efetividade), aproveitando melhor os recursos disponíveis, minimizando o desperdício (eficiência e economicidade), aumentando a inteligência organizacional por meio de aprendizado e respondendo mais adequadamente às mudanças do ambiente. Nesse sentido, o planejamento provê condições de maior segurança e menor margem de erros a partir da definição de ações, projetos, procedimentos, metas e objetivos, visando mudar uma situação atual ou explorar uma possibilidade futura.

No atual contexto de Transformação Digital, a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) assumiu um papel estratégico para o sucesso das instituições. A TIC evoluiu de responsabilidades puramente operacionais, para um posicionamento estratégico, principalmente por sustentar diversas operações de negócio. A TIC viabiliza a execução de estratégias institucionais, alavancando a transformação digital, promovendo a transparência e a otimização do trabalho. Na Administração Pública Federal (APF) tal fato está consolidado, principalmente quando analisada a Portaria 778/2019/ME/SEDGGD/SGD, que estabelece a implantação da governança de TIC devido a ser “*um ativo estratégico que suporta processos de negócios institucionais, mediante a conjugação de recursos, processos e técnicas utilizados para obter, processar, armazenar, disseminar e fazer uso de informações*”. Na mesma linha, a governança de TIC é tida como um sistema pelo qual:

“... o uso atual e futuro de TIC é dirigido e controlado, mediante avaliação e direcionamento, para atender às necessidades prioritárias e estratégicas da organização e monitorar sua efetividade por meio de planos, incluída a estratégia e as políticas de uso de TIC no âmbito da organização (Brasil, 2019)”.

Com a Transformação Digital as instituições precisam realizar uma reestruturação dos seus processos e cultura, partindo de um planejamento estratégico integrado com a Tecnologia da Informação e Comunicação. A Transformação Digital é o processo que envolve a utilização de tecnologias digitais para criar novos, ou modificar a forma de funcionamento dos processos, cultura e experiências, tendo como objetivo atender às mudanças de comportamento e de demandas do público. Portanto, os diversos instrumentos de planejamento na instituição nos mais variados níveis (estratégico, tático e operacional) devem considerar o contexto da Transformação Digital para o desenvolvimento institucional aproveitando o conjunto de tecnologias disponíveis para desenvolver as melhores soluções.



Para que a instituição se adeque a esse contexto, é necessário que haja um alinhamento entre as estratégias e planos da TIC com as estratégias organizacionais, definidas no Plano Estratégico Institucional (PEI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Dessa maneira, é necessária a concepção de um Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) para estabelecer o direcionamento tecnológico a ser seguido pela instituição. Juntamente com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), o PETIC é o instrumento que permite nortear e acompanhar a atuação da área de TIC, definindo estratégias e o plano de ação para implementá-las. Esses instrumentos auxiliam a organização a buscar melhor gestão dos recursos e maior qualidade na prestação de serviços aos cidadãos, tornando-se essenciais para um bom planejamento de TIC que viabilize e potencialize a melhoria contínua da performance organizacional.

O PETIC é um documento situado no nível estratégico, que complementa o PEI, por meio do planejamento dos recursos tecnológicos e possibilitando a definição de objetivos específicos para a área de TIC. Ele estabelece as diretrizes e as metas que orientam a construção do Planejamento de TIC da Instituição. No PETIC, devem-se identificar as oportunidades de soluções de TIC para aprimorar os negócios da organização, definir planos de ação de curto, médio e longo prazo e identificar as arquiteturas de dados, sistemas e infraestrutura que melhor atendam às suas necessidades, determinando com qualidade o que e quanto se precisa adquirir e fazer, e para quê. O PETIC visa, a partir da análise da situação atual, propor projetos e ações coerentes, coordenados e harmônicos, para alcançar uma situação desejável no ambiente de TIC dentro do seu prazo de vigência. Para isso, são abordadas várias dimensões, tais como: governança, sistemas de informação, infraestrutura computacional, segurança da informação, recursos humanos, dentre outras (Brasil, 2022).

1. INTRODUÇÃO

Para garantir que os objetivos da TIC estejam alinhados com os objetivos estratégicos institucionais da UFT, é necessária a elaboração de um planejamento consistente, denominado Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC). O PETIC deve estar alinhado PDI, além de se orientar pelos preceitos da Estratégia de Governança Digital (EGD), para então nortear a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da instituição. O PETIC, tem por objetivo estruturar diretrizes e princípios na gestão de TIC de modo que sua elaboração seja um processo dinâmico, interativo e eficaz no sentido de assegurar o alinhamento estratégico dos recursos de TIC às necessidades institucionais, direcionando as ações a serem implementadas no próximo triênio (2023-2025).

O PDTIC é caracterizado como um documento de nível tático de elaboração obrigatória, conforme definido na IN no 01/2019, da Secretaria de Governo Digital (SGD), que deve ser adotado como um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TIC, com o objetivo de atender às necessidades finalísticas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período. O PDTIC caracteriza-se como um instrumento de alinhamento entre as estratégias e planos de TIC e com as estratégias organizacionais. O PDTIC deve estar alinhado com a EGD e a Plataforma de Cidadania Digital, no que tange a entrega de serviços públicos digitais, a transparência, a integração e interoperabilidade das bases governamentais, a identificação digital do cidadão e a simplificação dos serviços públicos. A Figura 1 apresenta interação entre os instrumentos.

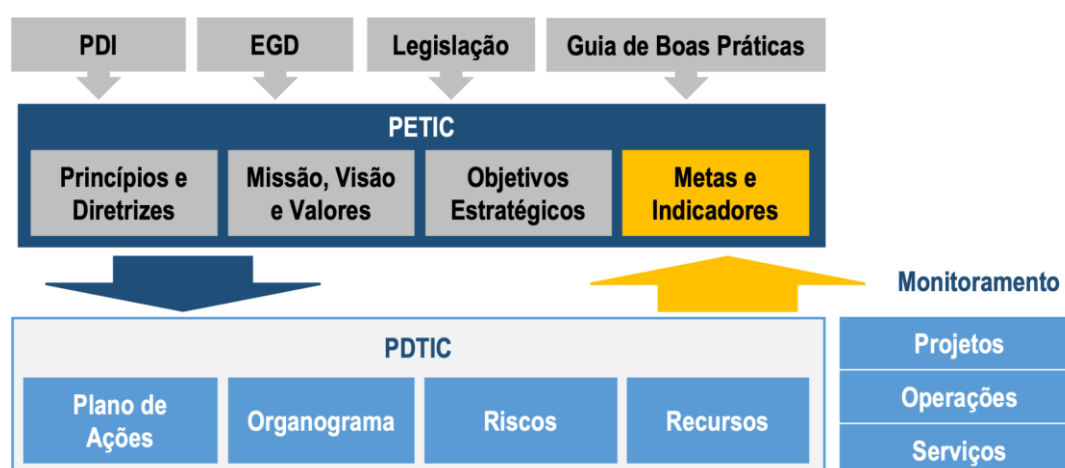


Figura 1. Planejamento estratégico e tático institucional na área de TIC.

O primeiro PETIC da UFT foi publicado abrangendo o período de 2011-2014 (UTF, 2011), sendo elaborado pela então Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI). O documento apresentava a missão, visão e objetivos estratégicos da instituição e da área de TIC a partir de um diagnóstico realizado naquele período, norteador as ações estratégicas relevantes para o desenvolvimento institucional. O segundo documento, cuja vigência encerrou-se no ano de 2022, foi publicado por meio da Resolução do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (UFT, 2014) com um formato mais robusto, inseridas as informações sobre os princípios e diretrizes, a metodologia de construção do documento, a estrutura organizacional da TIC, o referencial estratégico, a análise de risco, os fatores críticos de sucesso, e por fim, o plano de metas, finalizando a sua vigência no ano de 2022.



Este novo PETIC 2023-2025 foi desenvolvido no contexto da Universidade Federal do Tocantins (UFT), a qual foi instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000. Vinculada ao Ministério da Educação, a UFT é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. A UFT está distribuída em cinco cidades do Estado do Tocantins, com sua sede (reitoria e câmpus) localizada na região central, em Palmas; além dos câmpus de Miracema, Porto Nacional também localizados na região central e os câmpus de Gurupi e Arraias na região sul.

O Tocantins é o mais novo estado da federação brasileira, criado com a promulgação da Constituição Brasileira, em 5 de outubro de 1988, e ocupa área de 277.423,630 km². Está situado no sudoeste da região norte do país e tem como limites o Maranhão a nordeste, o Piauí a leste, a Bahia a sudeste, Goiás a sul, Mato Grosso a sudoeste e o Pará a noroeste. Embora pertença formalmente à região norte, o Estado do Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única.

A população do Tocantins é de aproximadamente 1.590.248 habitantes (população estimada pelo IBGE para o ano de 2020), distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km² (2010), possuindo ainda uma imensa área não entropizada. Existe uma população estimada de 11.692 indígenas distribuídos entre sete grupos, que ocupam área de 2.374.630 ha. O Tocantins ocupa a 14ª posição no ranking brasileiro em relação ao IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), e terceiro em relação à região Norte, com um valor de 0,699 (PNUD, 2013). Neste contexto, o planejamento estratégico de TIC da UFT deve estar alinhado à estratégia institucional para auxiliar a instituição a alcançar a sua missão, visão e objetivos estratégicos relacionados ao desenvolvimento ambiental, cultural, econômico, político, social e tecnológico do Tocantins e Amazônia Legal.

OBJETIVOS

Este Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação tem como finalidade orientar o planejamento, a execução, monitoramento e avaliação dos objetivos estratégicos e metas da Tecnologia da Informação e Comunicação da UFT para a sua consolidação como elemento estratégico essencial para o desenvolvimento institucional conforme o Plano Estratégico Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional. Portanto, são objetivos deste planejamento estratégico:

1. Alinhar o PETIC aos marcos regulatórios do Governo Federal, **Estratégia de Governança Digital** (EGD), oficializada por meio do Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020; e a Portaria nº 19, de 29 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), sobre Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação;

2. Revisar os principais elementos constitutivos do PETIC, de forma a melhor adequá-los ao contexto atual da Instituição, quais sejam: objetivos estratégicos, mapa estratégico, programas, indicadores e metas;

3. Contribuir para que a estratégia da TIC esteja alinhada aos objetivos estratégicos da UFT;

4. Contribuir para a melhoria do desempenho da Universidade Federal do Tocantins, no cumprimento de sua missão institucional, tendo por base os desafios estratégicos: 1) Educação inovadora com excelência acadêmica; 2) Inclusão Social; 3) Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo; 4) Reconhecimento Social; e 5) Mecanismos de Governança Pública;



5. Direcionar a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e demais documentos institucionais relacionados à TIC da UFT;

Esse conjunto de objetivos buscam auxiliar a instituição a atingir seus objetivos estratégicos de uma forma inovadora, contribuindo para a melhoria do desempenho da UFT no cumprimento de sua missão institucional, a partir da sua visão e objetivos estratégicos, dada a integração dos negócios institucionais com a TIC para o desenvolvimento das ações nas áreas do ensino, extensão, pesquisa e gestão universitária. A partir do PETIC, busca-se direcionar as ações da TIC para os próximos 3 anos, possibilitando o crescimento organizado e planejado do parque tecnológico conforme às necessidades institucionais, direcionando a elaboração do PDTIC. Além disso, o PETIC visa melhorar a comunicação e interação entre as demais unidades organizacionais aumentando a satisfação pelos serviços de TIC.

ABRANGÊNCIA

A abrangência deste PETIC engloba a Reitoria, Vice-Reitoria, Pró-Reitorias, Prefeitura Universitária, Superintendências, Diretorias, Coordenações, Câmpus Universitários e todos as demais unidades administrativas e instituições direta e indireta vinculadas à administração institucional.

HORIZONTE ESTRATÉGICO

A vigência do PETIC será de 3 anos, compreendendo o período de 2023 a 2025, permitindo revisões anuais de seus elementos constitutivos ou sempre que se fizer necessário, com as adequadas justificativas, em especial, sempre que houver alterações nas orientações estratégicas da UFT ou nos marcos regulatórios e normativos que regulamentam a questão. Este documento entra em vigor na data de sua publicação com o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2025.

ORIENTAÇÕES PARA APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Este documento deverá ser aprovado pelo CGD e pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da UFT, maior instância colegiada na instituição. A homologação final deste documento deverá ser oficializada por meio de uma Resolução publicada no Portal de Informações da UFT.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico é um modelo de decisão unificado e integrador que determina o propósito organizacional em termos de valores, missão, objetivos, estratégias, metas e ações. Ele traz como principais objetivos: priorizar a alocação de recursos; delimitar os domínios de atuação da organização; descrever as condições internas de resposta ao ambiente externo e a forma de modificá-las, com vistas ao fortalecimento da organização; e engajar todos os níveis da instituição na consecução dos objetivos. O planejamento estratégico é um processo contínuo, sistemático, organizado e capaz de entender melhor os acontecimentos futuros, de maneira a tomar decisões que minimizem os riscos.

A definição da estratégia implica no estabelecimento de uma forma de delimitar e obter resultados, que na instituição é tratada como um modelo de decisão, no qual são determinados os objetivos, regras, planos, fronteiras de negócio e atuação. Trata-se de uma implicação futura a partir de decisões tomadas no presente, cujo processo resulta em um plano desenvolvido pela instituição e não para ela. Nesse contexto, análise de riscos, ameaças e oportunidades são características importantes para a definição de um planejamento estratégico e o alcance dos resultados depende dos recursos, valores e capacidades organizacionais. A estratégia é uma forma articulada de unir a ação, os objetivos e os

desafios para que juntos possam chegar a um resultado almejado. Portanto, o planejamento estratégico é uma técnica administrativa que, através do ambiente da organização, cria a consciência das suas oportunidades e ameaças, dos seus pontos fortes e fracos, para o cumprimento da missão.

O planejamento estratégico é uma metodologia gerencial que permite estabelecer a direção a ser seguida pela instituição, visando maior grau de interação com o ambiente. Já a administração estratégica é o processo de tornar a organização capaz de integrar as decisões administrativas e operacionais com as estratégias, procurando dar ao mesmo tempo maior eficiência e eficácia à organização. Em geral, o planejamento estratégico é uma metodologia que permite estabelecer uma direção a ser seguida pela instituição, que a partir do seu ambiente, identifica suas oportunidades e ameaças, pontos fortes e fracos, que auxiliam o processo de tomada de decisão para o efetivo cumprimento da missão de forma eficiente e efetiva. Nesse contexto, existem dois critérios indispensáveis para o bom funcionamento das organizações: eficiência e eficácia. A eficiência define um melhor desempenho das atividades operacionais, enquanto a eficácia busca maior qualidade nos resultados, alcançando os objetivos definidos pela instituição.

O planejamento estratégico da UFT foi realizado através do PDI. O PDI é um documento fundamental para elaboração dos planos estratégicos e demais instrumentos de planejamento. Nesse contexto, os ativos de TIC constituem ferramentas estratégicas organizacionais, portanto, torna-se cada vez mais impraticável pensar a estratégia de TIC da instituição sem que esta se alinhe à estratégia institucional. Para isso, a área de TIC deve possuir estratégias que promovam ações estruturantes para suportar as metas e objetivos definidos no planejamento estratégico da organização. Portanto, o PETIC deve ser integrado ao planejamento estratégico institucional para apoiar as estratégias organizacionais mais efetivamente, organizando seus processos, e conseqüentemente, determinando os investimentos e recursos humanos em TIC, orientados, sempre, pela estratégia de negócios e estratégia de TIC.

Níveis de planejamento

Existem três tipos de planejamento considerando os seus níveis hierárquicos: planejamento estratégico, planejamento tático e planejamento operacional, os quais relacionam-se com os níveis de decisão através de uma pirâmide organizacional. As estruturas de planejamento e organização da instituição são definidas a partir dessa classificação, esquematizada conforme a Figura 2. Para cada nível hierárquico são definidos os tipos de planejamento e de decisões a serem tomadas pela instituição, os quais devem ser amparados por instrumentos adequados à abrangência esperada para cada nível.



Figura 2 Níveis hierárquicos institucionais.

O **planejamento estratégico** está relacionado aos objetivos estratégicos institucionais, elencando diversas maneiras e estratégias de conquistá-los a longo prazo. Trata-se de um processo gerencial que possibilita estabelecer uma direção a ser seguida pela instituição, buscando alcançar um nível de otimização na relação com o seu ambiente. O nível estratégico é elaborado com políticas e diretrizes definidas pela alta administração, por meio do qual são definidos os objetivos e planos da instituição. Neste nível são direcionadas a tomada de decisões relativas às questões de longo prazo, proporcionando sustentação para a instituição estabelecer a melhor direção a ser seguida.

O **planejamento tático** é desenvolvido a níveis organizacionais intermediários, tendo como principal finalidade a utilização eficiente dos recursos disponíveis para a consecução dos objetivos previamente fixados, segundo a estratégia pré-determinada, bem como as políticas de orientação para o processo decisório da empresa. O planejamento tático aborda os objetivos de médio e curto prazo, abrangendo uma parte específica da organização, tendo como objetivo, otimizar uma determinada área de resultado. Esse planejamento trabalha com decomposições dos objetivos, estratégias e políticas estabelecidas no planejamento estratégico.

O **planejamento operacional** restringe-se a ações específicas de cada área da instituição relacionadas aos objetivos específicos que se precisa alcançar. Ele possui, em geral, os planos de ação e os planos operacionais que explicitam os recursos necessários para o seu desenvolvimento e implantação; os procedimentos básicos a serem adotados; os produtos ou resultados finais esperados; os prazos estabelecidos; os responsáveis pela execução e implantação ou seja, pode ser considerado como a formalização, através de documentos escritos, das metodologias de desenvolvimento e implantação estabelecidas.

Para cada nível de planejamento é necessário realizar a definição dos instrumentos legais para normatização e comunicação das diretrizes, responsabilidades, objetivos, metodologia e planos de ação. Para cada nível hierárquico, são elaborados documentos a partir de um modelo de instrumento, a exemplo do mostrado na Figura 3. No nível estratégico, são definidas as políticas da área de TIC, as quais devem ser previamente analisadas pelo Comitê de Governança Digital (CGD) para que posteriormente sejam aprovadas nos conselhos superiores da UFT.

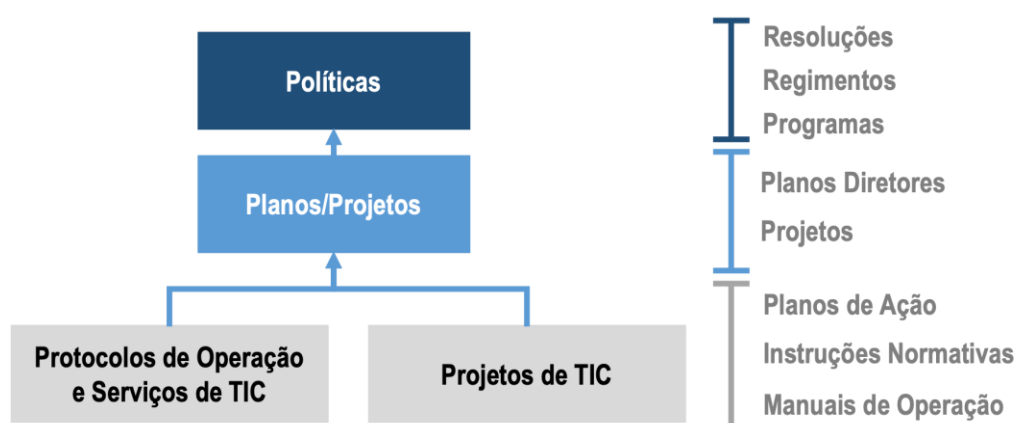


Figura 3. Instrumentos normativos para regulamentação do planejamento.



Em geral, devido às características administrativas, as políticas, regulamentos e programas da área de TIC passam pelo CONSUNI, porém, no caso de matérias de cunho pedagógico, é apreciada no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). No nível tático, são concebidos os planos diretores norteando os projetos e serviços estruturantes da área de TIC na instituição, em especial, por meio do CGD. Por fim, no nível operacional, são definidos os planos de ação, instruções normativas e manuais de operação no CGTIC para tratamento das atividades e tarefas cotidianas, operacionalizando os serviços e projetos de TIC.

Planejamento Estratégico Institucional

O Planejamento Estratégico Institucional da UFT foi definido no PDI, publicado na Resolução Consuni 038/2021 (UFT, 2021). O documento estruturou o planejamento institucional visando integrar as unidades gestoras, projetos integradores, riscos e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) na definição e desenvolvimento das ações previstas. Os projetos integradores agrupam as unidades gestoras que possuem objetivos em comum para desenvolverem ações em conjunto de maneira a proporcionar uma maior entrega de valor à sociedade. A gestão de riscos e a governança pública visam identificar os eventos que podem afetar os objetivos institucionais e as ações desenvolvidas para direcionar as políticas e a prestação de serviço à sociedade. Por fim, os ODS visam integrar a UFT ao panorama mundial da jornada coletiva para a sustentabilidade para garantir o desenvolvimento de ações inovadoras, ousadas e transformadoras que converjam para o fornecimento de produtos e serviços que garantam a participação da UFT na construção de uma sociedade justa e sustentável.

O planejamento estratégico institucional partiu do levantamento dos Desafios Estratégicos Institucionais (DEI) para posteriormente seguir com a definição dos Objetivos Estratégicos Institucionais (OEI). Para tanto, foram identificados 05 grandes desafios institucionais para nortear a definição do direcionamento que a instituição pretende seguir no decorrer da vigência do PDI. Portanto, foram identificados os seguintes desafios estratégicos: 1) **DEI₁**: educação inovadora com excelência acadêmica; 2) **DEI₂**: inclusão social; 3) **DEI₃**: inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo; 4) **DEI₄**: reconhecimento social; 5) **DEI₅**: mecanismos de governança pública. De forma geral, a UFT buscou determinar as principais ações para atender a cada um dos DEIs, detalhados nos itens a seguir:

- **DEI₁**: atender aos requisitos necessários ao desenvolvimento de seus alunos por meio da construção de projetos pedagógicos voltados a o aprimoramento do ensino com a utilização de metodologias ativas de educação e formas inovadoras de apresentação de conteúdos;

- **DEI₂**: demonstrar o papel que a universidade desempenha na sociedade e a responsabilidade de inserir alunos e servidores no contexto social por meio da acessibilidade nas suas mais diversas formas (digital, física, comunicacional, etc.) consolidada com a oferta de programas que deixem claro a importância da universidade na entrega de produtos e serviços de qualidade e que são capazes de fazer a diferença na vida dos indivíduos por ela afetados;

- **DEI₃**: apresentar produtos e serviços pautados na inovação e que favoreçam a dinâmica do aprimoramento tecnológico como ferramenta essencial para o desenvolvimento da universidade em busca da qualidade e excelência do ensino;

- **DEI₄**: contribuir para que a universidade se perpetue no ambiente educacional e tenha condições de ser reconhecida pelo primor de suas ações perante a sociedade.

- **DEI₅**: reforçar o compromisso da gestão universitária em agregar valor à sociedade, utilizando-se de metodologias inovadoras tanto na área finalística quanto na gestão de seus recursos, visando o aprimoramento e a integração das atividades para o bem comum.

Os desafios diagnosticados foram base para a construção da identidade institucional da UFT, definidas a partir da Missão, Visão e Valores, todos apresentados na Figura 4. A identidade institucional norteou a definição das diretrizes e o estabelecimento dos OEIs, sendo uma referência para a consolidação das metas e dos Indicadores Estratégicos Institucionais (IEI) adotados como métrica para avaliação do alcance dos objetivos. De forma inovadora, a UFT definiu a execução das Ações Estratégicas Institucionais (AEI) a partir de Programas e Projetos Integradores Institucionais (PII) atendendo às metas associadas aos IEI. Portanto, as Ações Estratégicas Institucionais são associadas a cada PII, que são executados por uma ou mais Unidades Gestoras Executoras (UGE). Essa estrutura de funcionamento estratégico institucional dos programas, projetos e ações são apresentados na Figura 5.

Desafios	Identidade Institucional
DEI₁: Educação inovadora com excelência acadêmica	Missão: Formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade
DEI₂: Inclusão social	Visão: Consolidar-se, até 2025, como uma Universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal
DEI₃: Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo	Valores: Respeito à vida e à diversidade; Transparência; Comprometimento com a qualidade e com as comunidades; Inovação; Desenvolvimento sustentável; Equidade e justiça social e; Formação ético-política
DEI₄: Reconhecimento social	
DEI₅: Mecanismos de governança pública	

Figura 4 Identidade institucional da Universidade Federal do Tocantins.

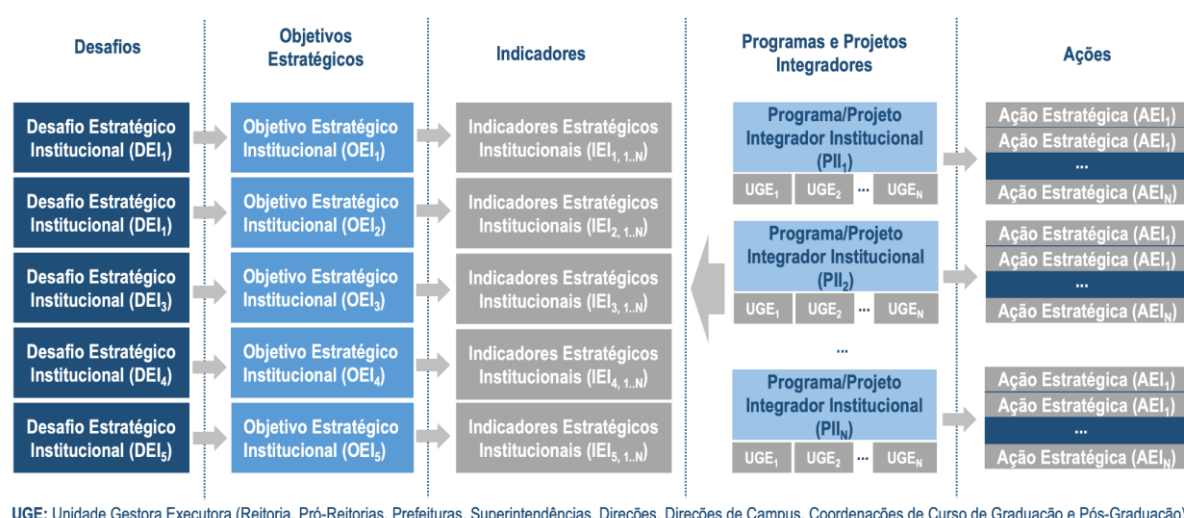


Figura 5 Estrutura de execução das ações estratégicas nos programas e projetos institucionais.

Os Objetivos Estratégicos Institucionais foram determinados a partir dos Desafios Estratégicos Institucionais, este último, adotado para classificação dos objetivos frente aos desafios, de forma a identificar as áreas contempladas pelas Ações Estratégicas Institucionais. Os Objetivos Estratégicos Institucionais são apresentados nas Tabelas 1-5, os quais são acompanhados das metas e indicadores atuais e os almejados para 2025, conforme definidos no PDI.



Tabela 1. Desafio 1: Educação inovadora com excelência acadêmica.

DEI ₁ : Educação inovadora com excelência acadêmica			
OEI	IEI	Atual	2025
1.1. Elevar o conceito institucional	Conceito Institucional (INEP/MEC)	4	5
1.2. Melhorar os conceitos de avaliação dos cursos de graduação	% de cursos de graduação com CPC 4 e 5	50%	80%
	% de cursos de graduação com conceitos Enade 4 e 5	16%	60%
	Taxa de Sucesso da Graduação (TSG)	47%	70%
	Índice Geral de Cursos (IGC)	4	5
1.3. Melhorar os conceitos de avaliação dos cursos de pós-graduação Stricto sensu	% de cursos de pós-graduação nível mestrado com Conceito 4 ou 5	55% (4) 2% (5)	80%(5)
	% de cursos de pós-graduação nível doutorado com Conceito 6 ou 7	0%	50%
1.4. Institucionalizar nos PPCs dos cursos de graduação a utilização de novas tecnologias educativas compatíveis ao mundo 4.0.	% de cursos com PPC atualizados conforme diretrizes do PPI (partindo do princípio de mudanças inovadoras traçadas pela estratégia da UFT	0%	100%
1.5. Institucionalizar a extensão nos cursos de graduação e Pós-Graduação	% de cursos com creditação da extensão instituída	0%	100%
1.6 Internacionalizar os cursos de graduação e Pós Graduação	% de cursos internacionalizados	0%	50%
1.7. Fortalecer e promover melhores condições para a oferta de cursos e disciplinas na modalidade EaD	Cursos híbridos implementados	0%	70%
	% de cursos EaD com conceito 4 e 5	60%	100%
	Qualificação na EaD	0	3
1.8 Integrar ensino de graduação e pós-graduação	Nº de ações integradas de graduação e pós-graduação	0	269

Tabela 2. Desafio 2: Inclusão social.

DEI ₂ : Inclusão Social			
OEI	IEI	Atual	2025



2.1. Elevar o número de matrículas e a permanência de alunos nos cursos de graduação	% alunos evadidos nos cursos de graduação	37%	20%
	% de alunos retidos nos cursos de graduação	20%	12%
2.2. Adequar toda a infraestrutura da universidade para atender os requisitos de acessibilidade	% de acessibilidade física	30%	100%
	% de acessibilidade digital no site da UFT	0%	80%
2.3 Oportunizar o ingresso, a permanência e a conclusão de alunos com vulnerabilidade socioeconômica e de estudantes indígenas e quilombolas	% de alunos atendidos pelos programas de assistência estudantil da UFT com auxílio financeiro	24%	50%
	% de alunos indígenas e quilombolas formados	-	60%
	% de alunos com vulnerabilidade socioeconômica formados	-	60%
	Realização de análise socioeconômica	25%	100%
	% atendimento de alunos pelos programas de assistência estudantil	25%	50%
	% de alunos atendidos nos restaurantes universitários	30%	60%
	% de alunos com vulnerabilidade socioeconômica atendidos nos restaurantes universitários	32%	65%
2.4. Consolidar políticas de assistência estudantil	Espaços para assistência estudantil	5	10
	Auxílios concedidos	35.408	37.000
	Alunos atendidos pelos programas de assistência estudantil	3.047	3.500
	Alunos atendidos nos restaurantes universitários	3.000	6.000

Tabela 3. Desafio 3: Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo.

DEI₃: Inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo

OEI	IEI	Atual	2025
3.1. Elevar a captação de recursos próprios por meio de prestação de serviços técnicos e de transferência de tecnologias (royalties)	% de recursos externos captados por meio da prestação de serviços técnicos	1,75%	5%
	Nº de laboratórios prestadores de serviços técnicos e de alta tecnologia e prototipagem	3	11
	% de recursos externos captados com licenciamento e transferência de tecnologias (patentes, softwares e know how)	0%	5%
3.2. Fomentar a criação e o desenvolvimento de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores	Mecanismos geradores de empreendimentos	10	22
3.3. Fortalecer o NIT e consolidar as políticas de Propriedade Intelectual, Inovação Tecnológica e Transferência de Tecnologia	Pedidos de patentes	63	155
	Patentes licenciadas	0	36
	Outros tipos de ativos de propriedade Intelectual	39	114
3.4. Fortalecer as atividades de pesquisa e de inovação, ampliando a produção acadêmica e tecnológica, na Universidade	Acordos de parceria, convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	1	10
3.5. Consolidar um ecossistema de Inovação e Empreendedorismo integrado e articulado	Nº de Hubs (espaço físico) de inovação nos câmpus	0	2
	Nº empreendimentos inovadores de base tecnológica	4	23
	Quantidade de ações articuladas com outras ICTs, empresas privadas e poder público	60	100

Tabela 4. Desafio 4: Reconhecimento Social.

DEI ₄ : Reconhecimento Social			
OEI	IEI	Atual	2025
4.1. Estimular a inserção social da universidade gerando conhecimento e inovação à sociedade	Público alcançado por programas e projetos de extensão	40,7	57,8
	Proporção de estudantes de graduação envolvidos com extensão	6,25%	10,40%

4.2. Elevar a inserção e reconhecimento social da UFT no Estado do Tocantins	Nº de Municípios atingidos	83	139
	Ações de extensão no estado do Tocantins	551	700
	Nº de municípios polo de cursos EaD	23	28
4.3. Consolidar a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a transferência de tecnologias para a sociedade	Patentes depositadas	45	100
	% de aumento do total de recursos captados por meio da prestação de serviço técnico-especializado	0%	5%

Tabela 5. Desafio 5: Mecanismos de Governança Pública.

DEI ₅ : Mecanismos de Governança Pública			
OEI	IEI	Atual	2025
5.1. Elevar o índice Integrado de Governança e Gestão (iGG)	Indicador Governança e Gestão (iGG)	43%	48%
	iGovPub (indicador de governança pública)	50%	55%
5.2. Elevar o Índice de Governança em Gestão de Pessoas	iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	45%	50%
	iGestPessoas (indicador de capacidade em gestão de pessoas)	43%	48%
5.3. Elevar o Índice de Governança em Tecnologia da Informação	iGovTI (indicador de governança e gestão de TI)	33%	38%
	iGestTI (indicador de capacidade em gestão de TI)	35%	40%
5.4. Efetivar e intensificar as atividades do Comitê de Governança Digital (CGD)	Atividades efetivas do CGD	0%	50%
5.5. Elevar o Índice de Governança em Aquisições	iGovContrat (indicador de governança e gestão de contratações)	49%	54%
	iGestContrat (indicador de capacidade em gestão de contratações)	44%	49%
5.6. Reduzir os níveis de risco estratégico	Nível de risco estratégico	10,8	7,5



5.7. Elevar o índice de Maturidade da Gestão de Riscos	Nível de Maturidade	18,49%	60,01%
5.8. Induzir a cultura da governança em todos os níveis da universidade	% de unidades gestoras da reitoria com todos os processos e riscos mapeados	6,25%	100%
	% de câmpus com todos os processos e riscos mapeados	0	100%
5.9. Direcionar a governança para as áreas finalísticas da universidade	% cumprimento das diretrizes de ensino do PDI 2021-2015	0	90%
	% cumprimento das diretrizes de pesquisa do PDI 2021-2015	0	90%
	% cumprimento das diretrizes de extensão do PDI 2021-2015	0	90%
	% cumprimento das diretrizes de assistência estudantil do PDI 2021-2015	0	90%

O acompanhamento do PDI é através do Sistema Naus (<http://sistemas.uft.edu.br/naus>), que coleta e estrutura informações sobre os eixos, diretrizes, indicadores e ações estratégicas conforme apresentado na Figura 6. No Naus, as ações estratégicas são associadas às diretrizes estratégicas, as quais são associadas a um ou mais dos 5 eixos do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) para avaliação institucional 1. Planejamento e Avaliação; 2. Desenvolvimento Institucional; 3. Políticas Acadêmicas; 4. Políticas de Gestão e 5. Infraestrutura Física). Por fim, são associados Indicadores Estratégicos Institucionais para cada Eixo Estratégico Institucional para acompanhar o cumprimento dos Objetivos Estratégicos Institucionais.

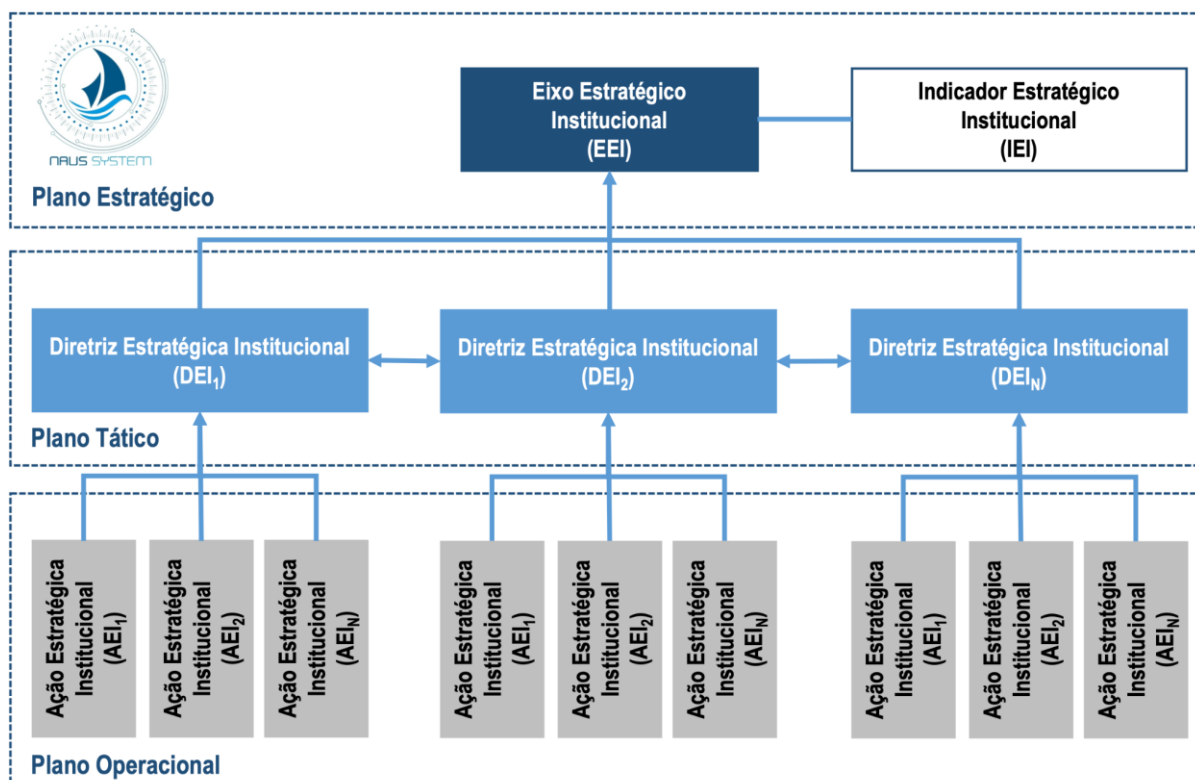


Figura 6 Estrutura de organização do Sistema Naus para a Gestão do PDI/UFT.

Participação da TIC nos Programas Integradores

A TIC atua no suporte às demais áreas administrativas e acadêmicas da UFT oferecendo a infraestrutura tecnológica digital para a execução das mais diversas atividades previstas no PDI. Diante disso, a TIC está inserida em vários programas e projetos integradores, os quais têm o objetivo de integrar as ações que possuem objetivos comuns dentro dos desafios por meio de atividades integradas entre as unidades administrativas. A TIC está inserida em dois programas integradores, o de inovação pedagógica, liderado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e o de inserção de governança na UFT, liderado pela própria PROTIC em parceria com as Pró-Reitorias de Avaliação e Planejamento (PROAP); Administração e Finanças (PROAD); Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP) e Ouvidoria. O Quadro 1 apresenta uma visão geral dos programas e projetos.

Quadro 1 Programas integradores com a participação da área de TIC da UFT.

Programa	Desafios	Projetos
Educação Inovadora com excelência acadêmica	DEI ₁ : Educação Inovadora com excelência acadêmica	1. Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP)
Programa Integrador Inserção da Governança na UFT	DEI ₅ : Mecanismos de Governança Pública	1. Planejamento Institucional Inovador; 2. Mapeamento de processos e levantamento de riscos na UFT; 3. Capacita Governança UFT 4. Transparência ativa e prestação de contas

		5. Logística Sustentável na UFT
--	--	---------------------------------

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional da UFT 2021-2025 (UFT, 2021).

Ações Estratégicas de TIC previstas no PDI

O PDI possui diversas ações sob responsabilidade de execução da PROTIC em todos os 05 eixos estratégicos institucionais. Em alguns dos eixos, a unidade administrativa atua na condição de participante, enquanto em outros, assume a liderança pela execução das atividades. Os quadros 2-6 apresentam as ações que contam com uma atuação da PROTIC.

Quadro 2 Ações da PROTIC no eixo de Planejamento e Avaliação Institucional.

Eixo: 1. Planejamento e Avaliação Institucional					
Diretriz	Ação	Responsável	2023	2024	2025
1.1. Demonstrar a evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional	1.1.5. Definir calendário e promover a realização de reuniões para planejamento das UGs	Todas as UGs	x	x	x
1.2. Demonstrar a existência de processo de autoavaliação institucional	1.2.5. Monitorar os indicadores de desempenho institucionais	Todas as UGs	x	x	x
1.4. Divulgar as análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas para a comunidade acadêmica	1.4.2. Realizar avaliação dos projetos e serviços ofertados pela universidade e divulgar seus resultados	SUCOM/PROTIC/ PROEX/PROEST/ PROGRAD/ PROPESQ	x	x	x
Indicadores: Conceito institucional, Eficiência da CPA, Índice de participação da comunidade acadêmica na autoavaliação, Índice de alcance da Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE), Eficiência da divulgação do processo de autoavaliação.					
ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.					

Quadro 3 Ações da PROTIC no eixo de Desenvolvimento Institucional.

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional					
Diretriz	Ação	Responsável	2023	2024	2025
2.1. Desenvolver missão, objetivos, metas e valores institucionais	2.1.5. Atender as recomendações dos órgãos de controle	Todas as UGs	x	x	x

	2.1.8 Divulgar a missão, visão e valores institucionais visando o fortalecimento da Identidade da UFT	Todas as UGs	x	x	x
2.5. PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social	2.5.4. Aperfeiçoar a monitoria digital, incluindo alunos da graduação presencial e EaD	DTE/ PROGRAD/ PROTIC	x	x	x
Indicadores: Cumprimento das recomendações da Audin, Cumprimento das recomendações da CGU, Cumprimento das recomendações do TCU, Cumprimento das diretrizes do PDI.					
ODS: 1 - Erradicação de Pobreza; 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3 - Saúde e Bem-Estar; 4 - Educação de Qualidade; 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.					

Quadro 4 Ações da PROTIC no eixo de Desenvolvimento Institucional.

Eixo 3: Políticas Acadêmicas					
Diretriz	Ação	Responsável	2023	2024	2025
3.1. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação	3.1.3. Construir ou adequar edificações para a oferta de cursos EaD, incluindo equipamentos compatíveis e adequados ao ensino com apoio de tecnologias educacionais	DTE/PU/ PROTIC	x		
	3.1.25. Promover melhorias nos sistemas acadêmicos com a disponibilização de procedimentos on-line	PROGRAD/ PROTIC	x	x	x
	3.1.29. Promover avaliação constante das funcionalidades dos sistemas acadêmicos da graduação	PROGRAD/ PROTIC	x	x	x



3.3. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu	3.3.19. Equipar salas de programas de pós-graduação stricto sensu para suporte web conference destinados à defesa de dissertações e teses.	PROPESQ/ PROTIC	x	x	x
3.6. Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica	3.6.1. Aperfeiçoar o módulo UFT EM AÇÃO para divulgar a participação de professores em eventos acadêmicos e científicos	PROEX/ PROTIC			
3.9. Comunicação da IES com a comunidade externa	3.9.1. Reestruturar site, tornando-o dinâmico e acessível	SUCOM/ PROTIC	x		x
	3.9.9. Realizar adequação dos canais de comunicação externa (site e redes sociais) para divulgação de informações institucionais	SUCOM/ PROTIC	x	x	x
	3.9.12. Promover a acessibilidade no site da UFT com a disponibilização de ferramentas de comunicação e informação inclusiva	PROTIC/ SUCOM	x	x	x
3.12. Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação)	3.12.5. Ampliar o número de Kits Equipamentos e tecnologias assistivas em todos os câmpus	PROPESQ/PU/ PROTIC	x	x	x
Indicadores: Alcance da comunicação da UF; % acessibilidade digital no site da UFT					
ODS: 1 - Erradicação de Pobreza; 3 - Saúde e Bem-Estar; 4 - Educação de Qualidade; 5 - Igualdade de Gênero; 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; 12 - Consumo e Produção Responsáveis; 16-Paz, Justiça e Instituições Eficazes; 17 - Parcerias e Meios de Implementação.					

Quadro 5 Ações da PROTIC no eixo de Políticas de Gestão.

4. Políticas de Gestão					
Diretriz	Ação	Responsável	2023	2024	2025
4.5. Processos de gestão institucional	4.5.5. Realizar o levantamento dos riscos e definição dos controles internos das unidades conforme normativo existente	Todas as UGs	x	x	x
	4.5.9. Realizar o mapeamento de processos com desenho dos fluxos das Unidades conforme normativo existente	Todas as UGs	x	x	x
	4.5.10. Realizar redesenho conforme instrução normativa dos processos de trabalho das Unidades	Todas as UGs	x	x	x
	4.5.17. Desenvolver a política institucional de Gestão documental da UFT	PROTIC	x	x	x
	4.5.18. Desenvolver a Política Arquivística e o Sistema de Arquivo (SIARQ) da UFT	PROTIC	x	x	x
	4.5.25. Manter a gestão administrativa dos câmpus e reitoria	Todas as UGs	x	x	x
	4.5.32. Estabelecer controles para efetivar as ações de mitigação propostas	Todas as UGs	x	x	x
	4.5.33. Elaborar manual das unidades com definição das atribuições, competências e procedimentos de rotina	Todas as UGs	x	x	x
	4.5.60. Promover o acompanhamento, conforme as competências definidas, do Sistema Eletrônico de Informações	Todas as UGs	x	x	x

	4.5.61. Prestar apoio técnico para o processo de transição da Universidade Federal do Norte do Tocantins	GABIENTE/PU/PROAD/PROAP/SUCOM/PROGED EP/PROPEQS/PROGRAD/PROEX/PROEST/PROTIC	x	x	x
4.6. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático	4.6.3. Produzir e distribuir material didático por diferentes mídias, suportes e linguagens com acessibilidade comunicacional	DTE/PROGRAD/SUCOM/STI	x	x	x
4.7. Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional	4.7.2. Definir e destinar recursos para a mitigação dos riscos definidos no PDI e nas ações de auditoria	Todas as UGs	x	x	x
	4.7.3. Definir e implantar soluções que viabilizem a redução das despesas de manutenção da Universidade	Todas as UGs	x	x	x
Indicadores: Índice de participação das UGs no orçamento; Porcentagem de investimento em TIC; % de investimento em contratos continuados.					
ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar; 4 - Educação de Qualidade; 5 - Igualdade de Gênero; 10 - Redução das Desigualdades; 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes; 17 - Parceiras e Meios de Implementação.					

Quadro 6 Ações da PROTIC no eixo de Infraestrutura Física.

Eixo 5: Infraestrutura Física					
Diretriz	Ação	Responsável	2023	2024	2025
5.1. Instalações administrativas	5.1.3. Adequar as instalações administrativas, considerando às atividades, a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica,	PU/PROTIC/PROAD/PROGRAD/PROPEQS/TODOS OS	x	x	x



	a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial e a existência de recursos tecnológicos diferenciados	CÂMPUS			
5.2. Salas de aula	5.2.1. Adequar as salas de aula à utilização de recursos tecnológicos diferenciados	PU/ PROTIC/ PROGRAD	x	x	x
5.3. Auditório(s)	5.3.2. Modernizar os equipamentos de som e vídeo dos auditórios seus resultados	PU/ PROTIC/ PROGRAD	x	x	x
5.4. Sala de Professores	5.4.3. Modernizar as instalações de salas de professores a fim de garantir estrutura tecnológica para planejamento de aulas interativas	PU/PROTIC/ PROAD/DTE/TOD OS OS CÂMPUS	x	x	x
5.5. Espaços para atendimento aos discentes	5.5.1. Modernizar as instalações dos espaços para atendimento aos discentes adequando às novas necessidades e modelos de atendimento aos alunos (virtual/remoto)	PU/PROTIC/ PROAD/ TODOS OS CÂMPUS	x	x	x
5.9. Bibliotecas: infraestrutura	5.9.4. Fortalecer as bibliotecas como catalisadoras de inovação, capazes de facilitar a criação e reutilização de conteúdos e dados por sua comunidade	PROGRAD/ PU/PROTIC	x	x	x
	5.9.5. Instalar os serviços de salas da RNP para reuniões virtuais facilitando a comunicação com os Câmpus e bibliotecas de outras IFES	PROGRAD/ PU/PROTIC	x	x	x

5.10. Bibliotecas: Plano de atualização dos acervos	5.10.5. Desenvolver ou adquirir recursos tecnológicos para gestão do acervo, das atividades administrativas e integração dos produtos (catálogo de bibliotecas da UFT, Repositório, BDTD e BDM, plataformas de e-books e module, entre outro possibilidade de integração) nas bibliotecas da universidade	PROGRAD/ PROTIC			
	5.10.7. Acompanhar as tendências e inovações no tratamento da informação	PROGRAD/ TODOS OS CÂMPUS/ PROTIC			
	5.10.9. Ampliar e divulgar os serviços de atendimento remoto nas bibliotecas (referência virtual e chat)	PROGRAD/ PROTIC/SUCOM/ TODOS OS CÂMPUS			
Indicadores: % acessibilidade digital no site da UFT.					
ODS: 3 - Saúde e Bem-Estar; 4 - Educação de Qualidade.					

GESTÃO ESTRATÉGICA

Trata-se da forma de gerir a instituição com foco em ações estratégicas em todas as áreas, acrescentando-se novos elementos de reflexão, pois exige uma avaliação sistemática da situação enfrentada, elaboração de projetos de mudanças estratégicas estabelecidas, o acompanhamento da implementação e o monitoramento dos resultados. São elementos chave na gestão estratégica:

- Estabelecimento de objetivos para melhorar a posição da instituição, em oposição a objetivos genéricos, tais como aumento de lucros ou redução de custos.
- Avaliação do desempenho em termos dos objetivos estabelecidos, e disponibilização da informação a quem toma as decisões estratégicas.
- Avaliação do capital intelectual, aptidões e experiência da força de trabalho da instituição.
- Gestão baseada em atividades (*ABM Activity Based Management*), que busca avaliar clientes e projetos em termos de seus custos e benefícios totais à organização.

Destaca-se que a estratégia evolui à medida que as decisões internas e os eventos externos fluem para criar um novo e amplamente compartilhado consenso sobre as providências a serem tomadas. Portanto, o acompanhamento e a análise crítica do desempenho são imprescindíveis, pois em relação ao resultado alcançado em relação à meta estabelecida geram ações ou projetos para a correção dos desvios, tendo sempre como foco as metas estratégicas e o seu desdobramento, além das mudanças nos cenários externos e internos. As instituições buscam fazer uma medição do seu nível de desempenho



em um setor para comparar seus indicadores com outras instituições, a partir de um processo denominado *benchmarking*.

Na gestão pública, o processo é realizado de forma análoga, buscando melhorar o seu desempenho por meio da incorporação de práticas de gestão adotadas no setor privado. Nesse sentido, a sociedade se beneficia com os resultados de uma gestão baseada em objetivos e metas, definição de diretrizes estratégicas e indicadores para a medição de resultados efetivos alcançados pelos projetos, ações e políticas públicas implantadas. As organizações públicas devem fazer constantes medições dos seus indicadores de desempenho, para obter um referencial, um nível de *performance* reconhecido como padrão de excelência para um processo de negócio específico em relação a outras instituições. Um dos maiores desafios é encontrar os *benchmarks* para os principais indicadores ou processos da gestão pública. Na UFT, a gestão estratégica é realizada por meio das diretrizes, metas e indicadores a partir dos programas e projetos integradores conforme o PDI da UFT.

Nesse cenário, as consultas e deliberações da gestão estratégica são realizadas em dois conselhos superiores: o CONSUNI e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Além disso, a UFT possui Conselhos Diretores dos Câmpus Universitários e os Colegiados de Cursos de Graduação e Pós-Graduação, que atuam nos níveis tático e operacional, os quais possuem caráter deliberativo em suas instâncias. Os Conselhos superiores contam com o apoio das câmaras, onde são realizados estudos e elaborados pareceres relatados por conselheiros. O tema é discutido entre os conselheiros antes de ser posto em votação, o que pode ter resultado favorável à decisão da câmara ou não.

O CONSEPE é o órgão deliberativo e normativo superior da UFT em matéria didático-científica e cultural. É constituído pelo Reitor, vice-reitor, pró-reitores, coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, um representante do corpo docente, por 1/5 de representação discente referente aos demais membros do Conselho e por um representante do corpo técnico-administrativo. As Câmaras de Planejamento, de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação e de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários fazem parte da estrutura do CONSEPE e têm competência para proceder a estudos sobre assuntos relacionados à sua área de atuação específica, oferecendo ao Conselho sugestões para elaboração de normas que regulam e disciplinam as atividades.

O CONSUNI é o órgão deliberativo e normativo superior da Universidade destinado a traçar a política universitária, funcionando como instância de deliberação e de recurso. É constituído pelo reitor, pelo vice-reitor, pelos pró-reitores, dois representantes da categoria docente, dois representantes da categoria discente e dois representantes da categoria de servidores técnico administrativos. As Comissões Técnicas de Legislação e Normas; para Assuntos Estudantis; de Integração Comunitária; e de Administração e Finanças fazem parte da estruturação do CONSUNI como órgãos auxiliares e têm a função de coletar, preparar e elaborar os elementos e dados informativos, indispensáveis às deliberações do CONSUNI.

GOVERNANÇA E GESTÃO DE TIC

A governança de TIC é o sistema no qual a utilização da TIC é dirigida e controlada, envolvendo avaliar e direcionar a utilização da TIC para apoiar a instituição e o acompanhamento desse uso para realizar planos, incluindo a estratégia e as políticas de utilização de TIC dentro da instituição. Por

outro lado, a gestão de TIC é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades de TIC conforme definido pela governança a fim de atingir os objetivos institucionais. A Figura 7 apresenta as funções básicas da governança e da gestão de TIC.

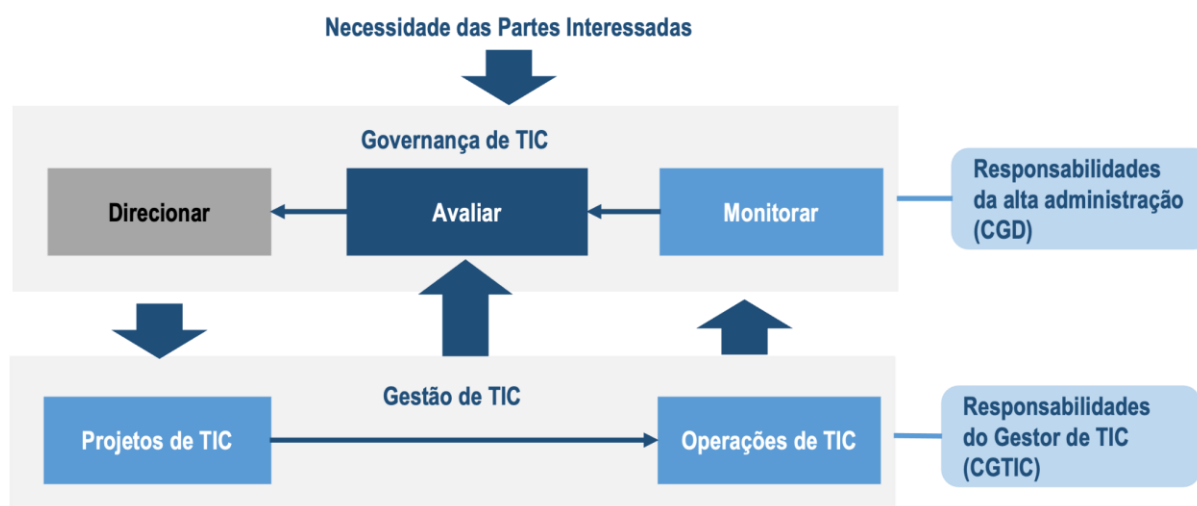


Figura 7 Diferença entre governança e gestão de TIC. Adaptação de Brasil (2017).

Na UFT a governança de TIC é realizada pelo Comitê de Governança Digital, conforme o Regimento Interno e a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, ambos documentos aprovados no CONSUNI. A governança é exercida pelos gestores da alta administração da UFT, dentre eles, o Reitor e Vice, Pró-Reitores e Chefia de Gabinete. Já a gestão de TIC é realizada pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação, formado pelos membros da gestão da PROTIC pró-reitor, diretores e coordenadores.

Mecanismos de Governança de TIC

A governança de TI, de acordo com a IN 778/2019/SGD, é o sistema pelo qual o uso atual e futuro de TIC é dirigido e controlada, a partir de mecanismos de orientação, monitoramento e avaliação, visando atender às necessidades prioritárias e estratégicas da organização, bem como para monitorar sua efetividade conforme planejamento, incluída a estratégia e as políticas de uso de TIC. O Decreto nº 10.332/2020 e legislações anteriores, estabelecem a necessidade de definição de um comitê para deliberar sobre os assuntos relativos à implementação das ações de governo digital e uso de recursos de TIC, vindo a governança de TIC na UFT a ser normatizada através da Resolução CONSUNI nº 70/2022. Além disso, atendendo às determinações legais, a UFT estabeleceu o Comitê de Governança Digital a partir do seu Regimento Interno, publicado na Resolução CONSUNI nº 71/2022. O CGD é a instância que trata a governança de TIC e tem atuado efetivamente nos temas que são de sua competência, a exemplo da aprovação de normativos importantes, tais como a Política de Governança de TIC, Plano de Transformação Digital e Política de Outsourcing de Impressão.

O CGD é responsável por direcionar investimentos, metas e objetivos para a gestão de TIC da UFT. A gestão de TIC é exercida pela PROTIC, unidade administrativa que conta com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) para realizar o planejamento dos projetos, operações e serviços conforme o PDTIC, bem como sobre as contratações de TIC, definidas no Plano



Anual de Contratações (PAC) da UFT. Dessa forma, o CGD e o CGTIC exercem conjuntamente o papel de elaboração e implementação de importantes estratégias institucionais. Nesse cenário de gestão e governança, o PETIC é utilizado como ferramenta de planejamento e interlocução entre partes que compõem a estrutura decisória de TIC destacando que, a tríade para uma boa governança é composta pela prestação de contas, transparência e responsabilização. São considerados como partes interessadas no uso de TICs nas instituições da Administração Pública Federal:

- **Governança corporativa/institucional:** sistema interno na qual a instituição é dirigida, monitorada e incentivada, envolvendo a relação entre os representantes das unidades da alta administração, dentre eles, o Reitor, Vice-Reitor e Pró-Reitores, que compõem o CGD.
- **Governança Pública:** sistema interno que compreende os mecanismos institucionais para o desenvolvimento de políticas para a comunidade interna (acadêmica/administrativa) e externa (sociedade) que garantem os resultados desejados pelos cidadãos e entes da sociedade civil.
- **Governança Digital:** utilização dos recursos de TIC pela Administração Pública Federal (APF) para melhorar a informação e a prestação de serviços, estimulando a participação da sociedade no processo de tomada de decisão e aprimoramento dos níveis de responsabilidade, transparência e efetividade institucional, exercida atualmente pelo SISF.
- **Governança de TIC:** sistema interno adotado para orientar e controlar os recursos de TIC institucionais mediante avaliação e direcionamento da utilização de TIC para dar suporte à organização e monitorar o seu uso para realizar os planos, incluída a estratégia e as políticas de uso da TIC na organização.

A Governança de Tecnologia da Informação (GovTIC) é o modelo de como as decisões são tomadas e as responsabilidades direcionadas, de modo a se obter um comportamento desejável no uso de TIC, vindo esse comportamento a estar alinhado com os objetivos e metas da organização e coerência com a sua cultura. A GovTIC consiste em políticas, papéis, fluxos e regras que visam alinhar a TIC com os objetivos estratégicos da instituição, permitindo organizar e planejar a obtenção das informações necessárias. Nesse contexto, o planejamento deve fornecer os mecanismos necessários de controle e recuperação de informações condizentes com as necessidades da instituição (Brasil, 2017).

Para elaborar e implementar as ações para efetivação da governança, é necessário inicialmente levar em consideração a missão institucional, os serviços públicos providos à sociedade, as necessidades das partes interessadas no uso de TIC e o estágio inicial de maturidade das práticas de governança e de gestão de TIC. Esse conjunto de elementos auxilia na definição das características específicas do modelo de governança de TIC a ser implantado. É importante considerar os elementos relacionados à gestão de TIC, os quais condicionam direta e/ou indiretamente a implementação do modelo de governança. São aspectos relacionados à TIC:

- **Gestão de Riscos de TIC:** estabelecimento de um processo para identificar, avaliar, tratar, comunicar e monitorar os riscos à TIC, de acordo com os níveis de tolerância definidos pela governança de TIC;
- **Gerenciamento de Fornecedores:** gerenciar os fornecedores de bens e/ou serviços de TIC, com vistas a garantir que as entregas estejam alinhadas às demandas e necessidades da instituição, estabelecendo mecanismos para seleção, gerenciamento do relacionamento, gerenciamento de contratos e monitoramento do desempenho dos fornecedores de bens e ou serviços de TIC;



- **Gestão de Pessoas:** estimular os servidores e gestores de TIC a buscar o desenvolvimento do conhecimento, habilidades e atitudes vinculadas à TIC e buscar uma melhor alocação de recursos com base em competência;

- **Monitoramento das Ações de TIC:** estabelecer mecanismos para coletar, validar e avaliar as metas e métricas de desempenho e conformidade dos processos de TIC, bem como reportar, de forma sistematizada, os resultados para a função de governança de TIC, de forma que esses resultados sejam utilizados para aprimorar continuamente os processos de governança e gestão de TIC;

- **Gestão do Portfólio de TIC:** prover aos responsáveis pela governança de TIC uma visão de todos os programas e projetos do portfólio de TIC. Inclusive dos que ainda não foram priorizados, analisando a capacidade atual de TIC e permitindo que ações para assegurar a existência de recursos suficientes ao atendimento das necessidades - atuais e futuras - possam ser empreendidas;

- **Gerenciamento de Nível de Serviço:** Estabelecer e formalizar, junto às áreas de negócio da organização, metas de nível de serviço dos serviços providos pela área de TIC, alinhando às necessidades das partes interessadas, além de implementar mecanismos para monitorar e reportar os indicadores relacionados às metas de nível de serviço;

- **Gestão de Chamadas de Serviços de TIC:** estabelecer mecanismos para que a área de TIC possa identificar os Padrões de Atividades de Negócio (PAN), conhecendo, assim, a forma como os seus clientes e partes interessadas utilizam e demandam serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação;

- **Gestão da Capacidade de Serviços de TIC:** Estabelecer mecanismos que permitam que a capacidade de TIC- atual e futura - seja mensurada e comparada aos Padrões de Atividades de Negócio (PAN), visando identificar possíveis lacunas (gaps) de capacidade que deverão ser preenchidas com a realocação ou aquisição de novos recursos de TIC como um empreendimento contínuo, que deve ser desdobrado na elaboração e manutenção de um **Plano de Capacidade**.

- **Gestão da Continuidade dos Serviços de TIC:** estabelecer e manter um **Plano de Continuidade**, com vistas a permitir que os serviços de TIC que sustentam processos críticos de negócio da organização possam ser utilizados durante a ocorrência de incidentes graves ou desastres, mantendo a informação disponível a um nível aceitável pela instituição.

A responsabilidade de governar a TIC é da alta administração, de forma a garantir que ela funcione de forma integrada e que agregue valor à instituição. Para o estabelecimento do modelo de governança institucional são aplicadas as 10 práticas importantes para aprimoramento da governança de TIC nas instituições, as quais estão relacionadas com os principais assuntos e temas, sendo diretamente associados ao papel da alta administração na governança de TIC na instituição. Esse modelo foi determinado pelo manual de boas práticas do SISP e segue as etapas apresentadas na Figura 8, as quais são detalhadas nos itens a seguir.

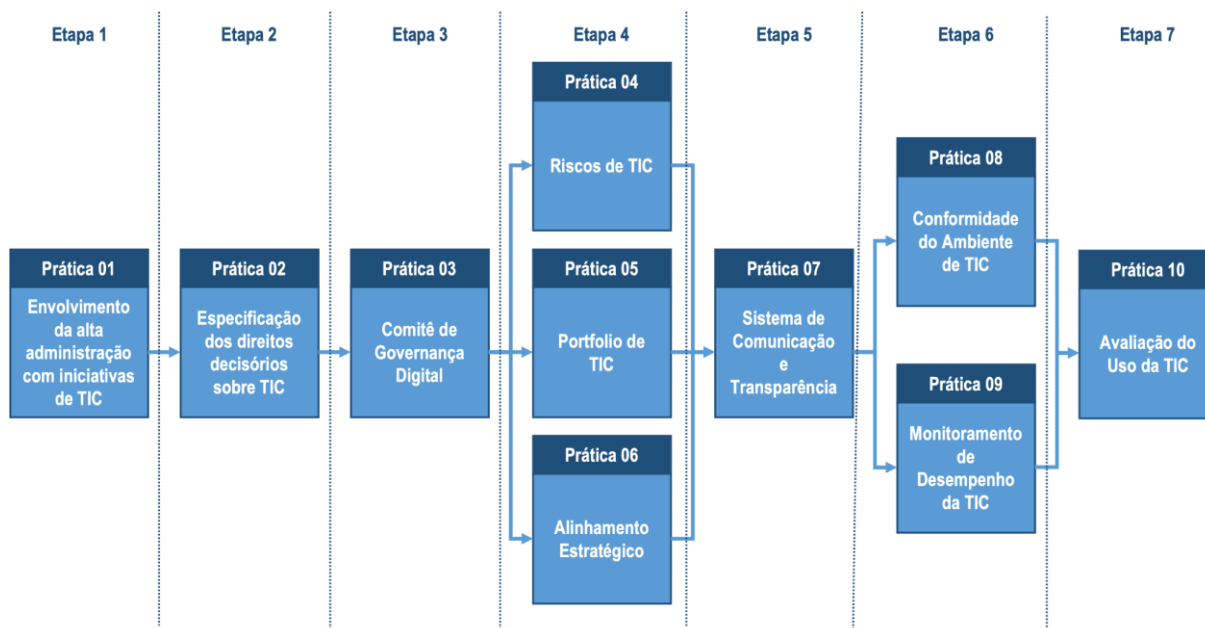


Figura 8 Processo de Elaboração e implementação das ações relacionadas à governança de TIC.

- **Etapa 1:** A organização deverá obter o comprometimento da alta administração com as ações de governança de TIC;
Produtos/Artefatos: Deliberações sobre TIC, com a participação da alta administração, registradas em ata;
- **Etapa 2:** A organização deverá especificar formalmente, os direitos decisórios sobre a TIC;
Produtos/Artefatos: Definição dos direitos decisórios sobre a TIC;
- **Etapa 3:** Deverá ser implantado um Comitê de TIC para tratar, de forma colegiada, as questões que envolvem a TIC;
Produtos/Artefatos: Portaria de instituição do Comitê de TIC; Regimento Interno do Comitê de TIC; Atas de reunião do Comitê de TIC;
- **Etapa 4:** A organização deverá implantar mecanismos para a governança dos riscos de TIC, a seleção de investimentos em TIC, bem como a garantia do alinhamento entre as ações de TIC e as necessidade das principais partes envolvidas no uso de TIC (sociedade, alta administração e áreas de negócio);
Produtos/Artefatos: Política de Gestão de Riscos de TIC; Deliberação sobre riscos de TIC, com participação da alta administração em ata; critérios de priorização dos projetos de TIC; Portfólio de projetos de TIC; Relatórios de desempenho do portfólio de TIC; e Planos de TIC;
- **Etapa 5:** A organização deverá implantar um sistema (conjunto de mecanismos) que contribua para a comunicação e transparência das ações de TIC;
Produtos/Artefatos: Plano de Dados Abertos; Plano e Eventos de Comunicação;
- **Etapa 6:** A organização deverá implantar mecanismos para o monitoramento da conformidade e do desempenho de TIC;
Produtos/Artefatos: Relatórios de conformidade; e Relatórios de Desempenho de TIC;
- **Etapa 7:** A organização deverá implantar mecanismos para avaliar o uso de TIC;
Produtos/Artefatos: Plano de Capacidade de TIC; Relatórios de avaliação de uso da TIC.

Destaca-se que para a realização de ações relacionadas à implementação e ao aperfeiçoamento da governança de TIC, por meio de uma abordagem de aprimoramento contínuo, devem ser aplicadas as etapas relacionadas nos itens a seguir. A Figura 9 ilustra essa sequência de atividades

- **Diagnóstico:** análise da situação atual da governança de TIC na instituição;
- **Planejamento:** definição do estado almejado e planejamento das mudanças necessárias;
- **Execução:** implementação das mudanças e dos aprimoramentos;
- **Operação e medição:** operação com os aprimoramentos incorporados, medição da sua eficiência e eficácia;
- **Avaliação:** verificação do sucesso do plano/ciclo, promovendo a melhoria contínua por meio de um novo ciclo.

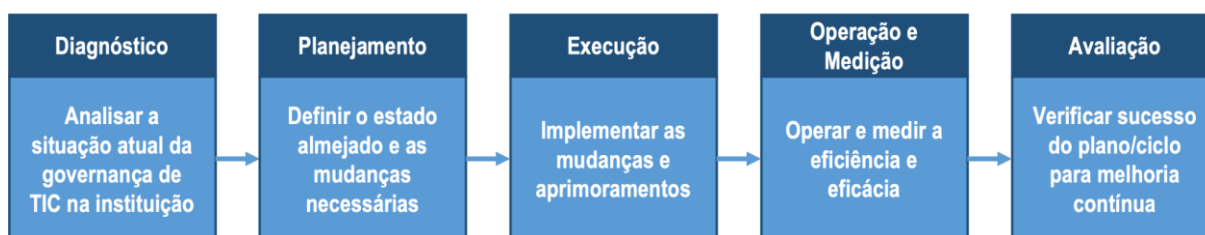


Figura 9. Etapas para a implementação e avaliação da governança de TIC.

Mecanismos de Gestão de TIC

A Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC) é a unidade administrativa que realiza a gestão de projetos, serviços e operações de TIC. O projeto é um esforço de natureza temporária, que visa produzir um produto que tornar-se-á um serviço. O serviço é um mecanismo de entrega de valores a comunidade, tendo alguma utilidade dentro das atividades da instituição, não se restringindo às necessidades da tecnologia, confiabilidade, disponibilidade, documentada nos Acordos de Níveis de Serviço. As operações por sua vez são a execução contínua e repetitiva de atividades dentro do serviço. As operações são gerenciadas por processos de atividades para a execução de um serviço. A PROTIC foi criada por meio da Resolução CONSUNI 69 de 06 de julho de 2022. Suas atividades foram incluídas no Regimento Geral da UFT via Resolução CONSUNI 67 de 06 de julho de 2022, acompanhada das responsabilidades e competências, em geral, exercidas em 08 subáreas:

- 1) Aquisições e Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- 2) Desenvolvimento de Sistemas de Informações e Softwares;
- 3) Gerenciamento Arquivístico Digital;
- 4) Gerenciamento de Bases de Dados e Armazenamento;
- 5) Gestão e Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- 6) Infraestrutura e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- 7) Tecnologias Educacionais e Tecnologias Assistivas; e
- 8) Segurança da Informação e Privacidade.

A PROTIC caracteriza-se como uma unidade de nível estratégico vinculada diretamente à Reitoria da UFT. A Resolução CONSUNI N° 029/2018 de 31 de outubro de 2018, que dispõe sobre normas e procedimentos para o processo de organização e inovação da estrutura organizacional, visando o fortalecimento da capacidade institucional no âmbito da UFT, define a estrutura administrativa da



universidade nos três níveis de atuação: estratégico, tático e operacional, conforme definido seguir:

- **Nível estratégico:** Alta Administração, que corresponde à instância máxima deliberativa da organização. A Alta Administração constitui-se pelo conjunto de autoridades públicas investidas de autoridade política; ou seja, pelas pessoas investidas nos cargos em comissão de direção de mais alto nível na hierarquia interna do órgão. No contexto das organizações, a Alta Administração exerce o papel de liderar e coordenar as demais partes da estrutura e exercer a autoridade política nas “relações de fronteira”, interagindo com o ambiente externo em nível institucional. Destaca-se neste nível, os Conselhos Superiores; Auditoria Interna; Reitoria e suas assessorias estratégicas; Pró-Reitorias; Superintendências e Prefeitura;

- **Nível tático:** Configura-se como a Linha Gerencial constitui a estrutura de coordenação do órgão ou entidade pública – proporciona a integração horizontal, entre os processos finalísticos e entre estes e os de suporte, e a integração vertical, entre o nível técnico, finalístico e de suporte, e a Alta Administração. Ela se compõe pelo conjunto de titulares de cargos de direção, abaixo da Alta Administração, ou seja, de média gerência. A função da Linha Gerencial é fazer a estratégia chegar na base e fazer a base chegar na estratégia. Destacam-se neste nível as Diretorias Universitárias dos Câmpus; Diretorias das Pró-Reitorias;

- **Nível operacional:** São as unidades responsáveis por prover o Suporte Administrativo, os quais referem-se aos sistemas de trabalho que têm como finalidade apoiar, prioritariamente, os processos finalísticos da organização, realizados no nível técnico, como também a atuação da Alta Administração e da Linha Gerencial. As áreas de Suporte Administrativo têm por competências supervisionar e coordenar, no âmbito do órgão, as atividades de organização e modernização administrativa, de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais. Destaca-se como unidades neste nível, as Coordenações; Divisões; Departamentos; Seções e os Setores.

Nesse sentido, deve-se observar que a PROTIC é um órgão executivo de nível estratégico responsável por promover ações com agentes externos, atos de tomada de decisão, planejamento, execução, gestão, atos administrativos que gerem resultado financeiro e responsabilização junto aos órgãos de controle. As suas direções, em nível tático, são responsáveis pelo gerenciamento de equipe, tomada de decisões gerenciais complexas com diversas variáveis, incertezas e riscos que envolvam a área de TIC por meio de planos diretores e projetos de TIC. Por fim, as Coordenações, em nível operacional, são unidades responsáveis pela execução das atividades e pela análise de parecer de entendimento consolidado quando envolvem áreas específicas tais como banco de dados, desenvolvimento de sistemas, infraestrutura de TIC, segurança cibernética e suporte técnico aos usuários.

A Figura 10 apresenta o organograma da PROTIC. A unidade administrativa é subordinada diretamente à Reitoria da UFT. A PROTIC possui um comitê próprio de gestão denominado CGTIC, formado pelo(a) Pró-Reitor(a), diretores(as) e coordenadores(as), responsável pela tomada de decisão em assuntos relacionados aos projetos, serviços e operações de TIC, a partir do direcionamento monitoramento e avaliação estratégica do CGD. Além disso, o CGTIC é responsável por formular propostas de políticas e diretrizes estratégicas de TIC para apreciação e deliberação do CGD. Nesse sentido, o CGTIC desempenha um papel consultivo em questões técnicas fundamentando as decisões estratégicas institucionais no campo de TIC. a gestão da unidade possui cadeira nos Conselhos (CONSUNI/CONSEPE) e representa a área de TIC no Comitê de Governança Institucional (CGI). Além disso, auxilia o Reitor na condução das atividades do CGD, substituindo-o quando necessário.

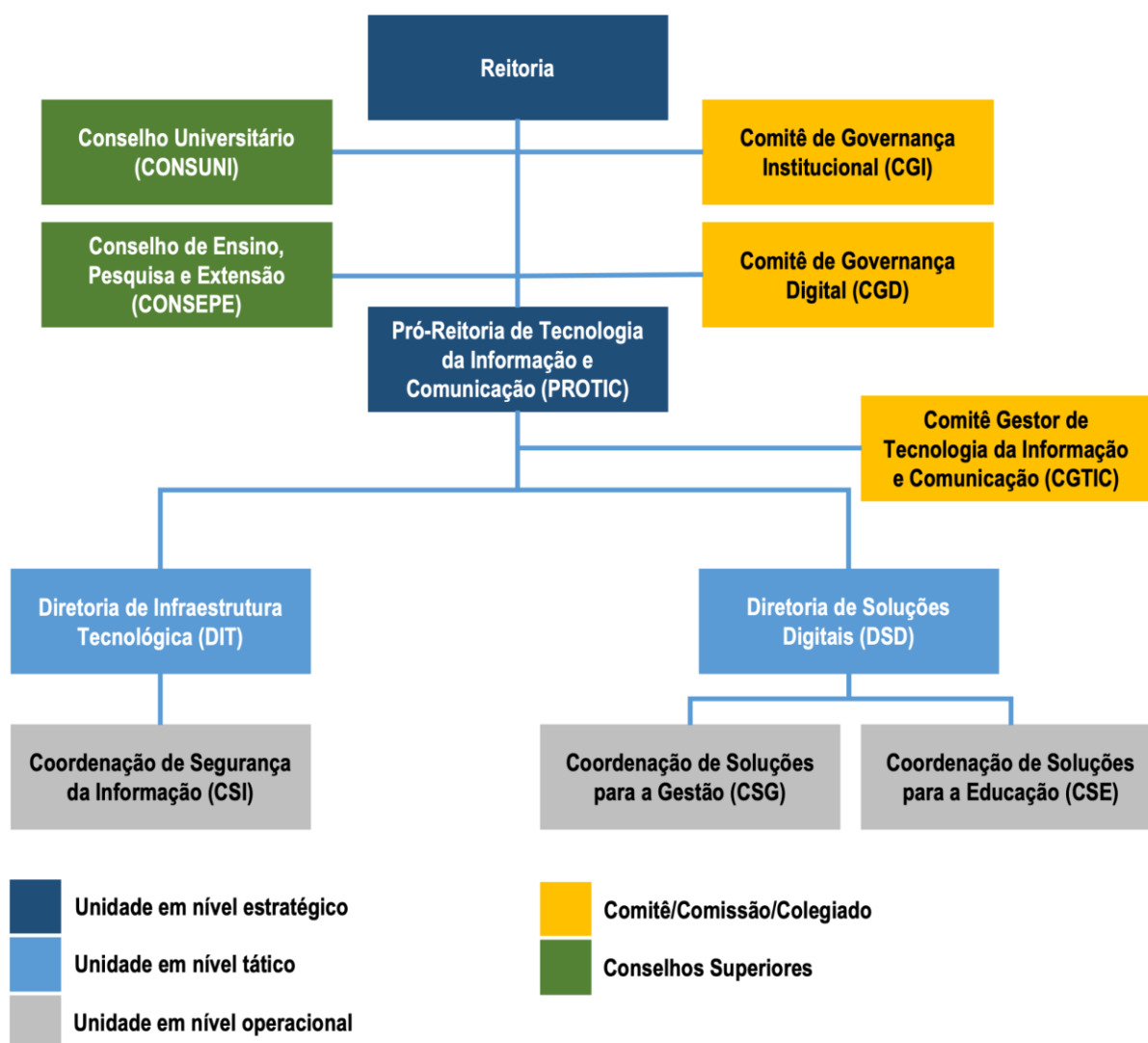


Figura 10 Organograma da Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC)

- Gerenciar administrativa e financeira da Unidade Gestora associada à PROTIC;
- Representar a PROTIC e da área de TIC interna e externamente à instituição;
- Planejamento, execução e avaliação de programas e projetos Institucionais na Área de TIC;
- Desenvolvimento e gestão do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação;
- Desenvolvimento e gestão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Desenvolvimento e gestão do Plano Anual de Trabalho da PROTIC;
- Acompanhar a gestão e a execução dos projetos relacionados à TIC;
- Desenvolver o Plano de Desenvolvimento de Pessoas da unidade administrativa;
- Presidir do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Apoiar tecnicamente o Comitê de Governança Digital;
- Implantar, desenvolver e gerenciar o Plano de Transformação Digital;
- Desenvolvimento e gestão do Plano de Dados Abertos segundo a Lei de Acesso à Informação;



- Propor e/ou aprovar o estabelecimento e a implementação de convênios, contratos e/ou acordos de cooperação técnica a serem firmados pela instituição, com órgãos e entidades, visando o intercâmbio de informações, métodos, técnicas e soluções de TIC;
- Desenvolver e Gerenciar as Políticas de Proteção aos Dados Pessoais e Privacidade de discentes, docentes, técnicos administrativos, colaboradores e membros da comunidade com informações contidas nas bases de dados da UFT;
- Atuar junto ao Conselhos Universitário e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;;
- Acompanhar e avaliar a execução das ações da PROTIC no PEI.
- Propor e coordenar o uso do portfólio de serviços de TIC como instrumento de melhoria do desempenho institucional;
- Garantir a disponibilidade e qualidade dos serviços de TIC.

Diretoria de Infraestrutura Tecnológica (DIT)

- Desenvolver e acompanhar as ações de aquisições, infraestrutura e serviços do PDTIC;
- Acompanhar e Avaliar a execução das ações táticas da PROTIC no PDI;
- Gerenciar os processos de aquisições de hardware, software e demais insumos de TIC;
- Gestão dos contratos de serviços continuados, tais como telefonia, fixa, móvel, links de internet e atualizações de softwares institucionais (Enterprise Resource Planning/ERP/Sistema de Informação em Ensino/SIE);
- Desenvolvimento do PAT relacionados aos recursos de infraestrutura, manutenção e suporte técnico em tecnologia da informação e comunicação;
- Desenvolvimento do Planejamento e Gestão de Contratações do grupo de compras de TIC;
- Gerenciar o fornecimento de internet para a UFT e seus diversos campus e reitoria através da parceria com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP) por meio do Ponto de Presença (PoP);
- Implementar melhorias nos serviços e estruturas de TIC existentes;
- Contratar, gerenciar e acionar garantia e manutenção de equipamentos de TIC institucionais;
- Emitir pareceres técnicos para a realização de baixa de equipamentos de TIC obsoletos, inservíveis e/ou sucateados com apoio do setor de patrimônios institucional;
- Definir padrões e diretrizes para aquisição de equipamentos de TIC do parque tecnológico administrativo e pedagógicos para os usuários finais da UFT;
- Homologar especificação de hardware, software e demais equipamentos de tecnologia da informação e comunicação incorporados (tombados) ao parque tecnológico da instituição;
- Instalar e configurar hardware, software e demais equipamentos de TIC incorporados ao parque tecnológico da instituição;
- Dar o apoio tecnológico à streaming, vídeo e webconferências institucionais de projetos de gestão, ensino, extensão e/ou pesquisa a partir de agendamento prévio;
- Dar o suporte técnico especializado aos usuários da Reitoria e Núcleos de Tecnologia da Informação (NTIs) nos equipamentos e softwares institucionais via central de atendimento;
- Auxiliar os NTIs dos Campus Universitários através conforme as políticas e diretrizes de TIC;
- Apoiar tecnologicamente as consultas públicas para as diversas funções eletivas da instituição;
- Gerenciar os usuários e perfis dos e-mails e demais sistemas institucionais.
- Gerenciar e Manter os sistemas e serviços de telefonia fixa, móvel, internet (IP/Internet Protocol), bem como as centrais telefônicas garantindo a comunicação da instituição;
- Especificar demandas, estudos técnicos preliminares, análises de riscos e projeto básico para insumos de TIC.



Coordenação de Segurança da Informação (CSI)

- Desenvolver e gerenciar a política de backup (cópia de segurança) de dados dos sistemas;
- Criar a infraestrutura de homologação e produção de sistemas de informação e softwares;
- Implantar e manter as políticas e diretrizes de replicação de dados local e remotamente para manutenção da continuidade das atividades da instituição;
- Aplicar as atualizações dos softwares básicos e aplicativos;
- Atualizar as versões de softwares básicos, tais como sistemas operacionais, compiladores e interpretadores adotados nos ambientes computacionais;
- Gerenciar da segurança cibernética para a integridades dos sistemas e dados da UFT;
- Implantar, gerenciar e manter a infraestrutura física e lógica das redes de computadores da UFT, tanto a cabeada quanto as redes wireless;
- Gerenciar a hospedagem de servidores físicos, máquinas virtuais, containers, nuvem pública/privada, sites e sistemas externos e sistemas institucionais;
- Projetar, implantar, gerenciar e manter o centro de dados da UFT garantindo disponibilidade, escalabilidade, segurança, desempenho, capacidade e integridade dos dados e sistemas;
- Gerenciar a segurança energética e de refrigeração da infraestrutura do centro de dados institucional (condicionamento ambiental e energia elétrica/grupo gerador);
- Gerenciar a infraestrutura para manutenção do portal de informações da UFT (site).

Diretoria de Soluções Digitais (DSD)

- Planejar, desenvolver, implantar, documentar e manter sistemas de informações institucionais;
- Gerenciar o acervo documental físico e digital da UFT a partir de soluções computacionais;
- Desenvolver produtos, programas, projetos e serviços tecnológicos para inovação pedagógica;
- Elaborar projetos de desenvolvimento institucional para a concepção e/ou aquisição de soluções digitais para o contexto administrativo e/ou pedagógico;
- Gerenciar produtos, programas, projetos e/ou serviços de tecnologias educacionais;
- Gerenciar projetos integradores de educação definidos no PETIC e PDTIC;
- Analisar propostas de novos produtos e/ou serviços pedagógicos com a adoção de TIC;
- Acompanhar a execução do cronograma dos projetos nas unidades administrativas vinculadas;
- Auxiliar na construção dos planos de desenvolvimento de Tecnologia Educacional (TE);
- Gerenciar os recursos humanos, materiais e tecnológicos para execução dos projetos de TE;
- Auxiliar na concepção do plano de investimentos em TE e TIC;
- Definir prioridade de aquisição e/ou desenvolvimento de soluções de TE e TIC;
- Realizar a produção, classificação, avaliação, guarda, conservação e recuperação da documentação e informação;
- Realizar a curadoria guarda do patrimônio documental e histórico institucional físico e digital;
- Gerenciamento do Sistema Eletrônico de Informações (SEI);
- Gerenciamento do processo de digitalização dos documentos institucionais;
- Desenvolvimento da política de gestão documental;
- Gerir o processo de transparência administrativa;
- Gerir da segurança e sigilo das informações contidas nos documentos;
- Presidir a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPADoc);
- Presidir a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos;
- Racionalizar os custos operacionais e de armazenagem da documentação arquivística;
- Propor soluções de TIC para viabilizar a transparência pública na universidade.



Coordenação de Soluções para a Gestão (CSG)

- Desenvolver documentos de oficialização de demanda, estudos técnicos preliminares e análises de risco para a aquisição de produtos e/ou serviços de software para a gestão;
- Gerenciar projetos de desenvolvimento de sistemas para a gestão administrativa;
- Gerenciar a aquisição de softwares para gestão;
- Gerenciar a política e diretrizes de gestão documental física e digital da instituição;
- Projetar e gerenciar os sistemas de bancos de dados institucionais (banco de dados e sistema de gerenciamento de banco de dados);
- Propor ferramentas de gestão estratégica da informação a partir de serviços de data warehouse, big data e mineração de dados;
- Sistemas Administrativos: Sistemas de Informações em Ensino (SIE); Sistema de Gestão de Carreira (SIGEC); Sistemas de Gestão de Projetos Universitários (GPU); Sistema Eletrônico de Informações (SEI); Sistema NAUS; Painel de Indicadores da Universidade Federal do Tocantins; Intranet; Asten Processos; Sistema da Comissão Permanente de Seleção (COPESE); Plataforma de Eventos; Sistema Pró-Seletivo; Cadastro Unificado de Bolsas e Auxílios (CUBO); Portal da Universidade Federal do Tocantins (Portal de Informações); Sistema de Abertura de Chamados Mandi.

Coordenação de Soluções para a Educação (CSE)

- Desenvolver documentos de oficialização de demanda, estudos técnicos preliminares e análises de risco para a aquisição de produtos/serviços de software de tecnologia educacional;
- Gerenciar projetos de desenvolvimento de tecnologias para a educação incorporando as atividades de sino, pesquisa e extensão da instituição;
- Gerenciar a aquisição de softwares para gestão;
- Implantar, gerenciar e realizar manutenção nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) da instituição, assim como nos demais produtos e/ou serviços educacionais;
- Definir diretrizes e padrões para geração de Objetos Virtuais de Aprendizagem (OVAs);
- Dar o suporte para a infraestrutura do Portal de Informações da UFT;
- Sistemas Educacionais: Portal de Egressos; Sistema de Acompanhamento e Gestão de Estágios (SAGE); Sistema Integrado de Suporte a Matrícula (SISMA); Sistema de Graduação (SIGRAD); Terminal Informativo de Atividades Acadêmicas (TIA); Sistema de Formulários Eletrônicos Integrados (FEIO); Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle; AVA Canoeiro; Sistema de Revistas Eletrônicas da Universidade Federal do Tocantins; Sistema de Gestão Integrada de Salas Virtuais (GIS); Sistema de Planejamento de Aulas e Recursos Sustentáveis (PARES); Sistema de Gestão dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE+); Sistema de Gestão dos Planos Pedagógicos de Cursos (PPC+); Sistema de Gestão do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

A PROTIC é responsável pelo ambiente de Governança e Gestão de TIC da UFT, utilizando-se de políticas, diretrizes e normas estabelecidas pelos comitês de governança e de gestão. Conforme mostrado na Figura 11, a unidade é responsável orientar e apoiar os Núcleos de Tecnologia da Informação (NTIs) dos 05 Câmpus: Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação/STIC/Arraias; Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação/STIC/Gurupi; Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação/STIC/Miracema; Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação/DTIC/Palmas; Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação/STIC/Porto Nacional.

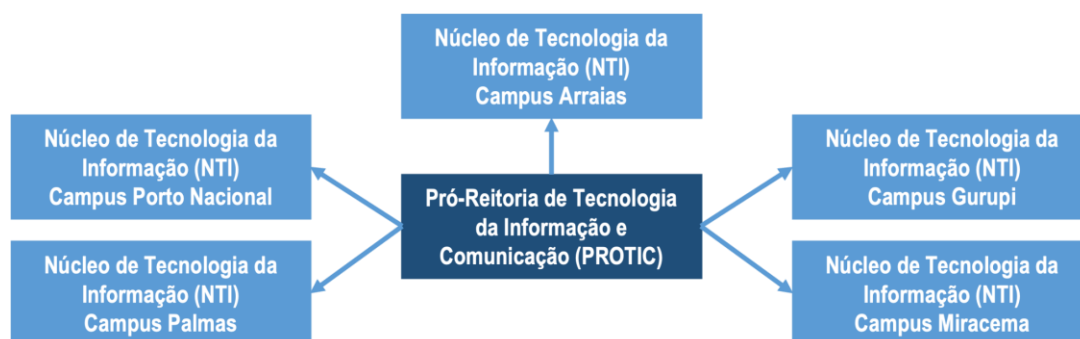


Figura 11 Ambiente descentralizado de TIC na UFT.

A PROTIC é responsável pelo grupo de licitações e contratações de TIC da instituição, organizando todas as aquisições e gestão do parque tecnológico institucional. Cabe ressaltar soluções não relacionadas ao atendimento de TIC, conforme a Instrução Normativa SGD/ME nº 47 de 9 de junho de 2022: Circuito fechado de TV; Controle de acesso físico; Cabeamento estruturado; Infraestrutura elétrica e hidráulica Serviços de telefonia fixa/móvel e PABX; Serviços de impressão gráfica (plotagem e banners); Serviços arquivísticos de massa documental; Produção de conteúdo multimídia e gestão de conteúdos de sites web e mídias sociais; e Assinaturas de periódicos eletrônicos, notícias e informes

2. METODOLOGIA

Para a construção do PETIC, foi realizada uma análise da conformidade à legislação, normas internas, capacidade de entrega (recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos) e resultados anteriores relatados. Esse conjunto de documentos forneceram um diagnóstico das necessidades institucionais de TIC, os quais foram importantes para a definição de um plano de metas e indicadores adequados para o próximo triênio (2023-2025), acompanhando o PDI 2021-2025. Foram realizadas análises nos planos e relatórios de gestão de TIC para um diagnóstico da atual situação das metas e indicadores. Para análise ambiental foi adotada a matriz SWOT e SWOT cruzada, bem como os indicadores de gestão (iGestTI), governança (iGovTI) e geral de governança (iGG).

Também foi utilizada a metodologia Balanced Scorecard (BSC) como ferramenta de planejamento estratégico para a definição de metas e estratégias, visando a aferição de desempenho da TIC por meio de indicadores quantificáveis e verificáveis. O BSC traduz a missão e a visão das organizações em um conjunto abrangente de métricas de desempenho que fundamenta um sistema de medição e gerenciamento estratégico. Sua base original leva em conta quatro perspectivas: Financeira, Clientes, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento, que no caso da UFT, definiram-se como perspectivas estratégicas: Resultados, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.

2.1. Documentos de Referência

A construção do PETIC foi realizada com base em um conjunto de documentos legais adotados como referência, tais como leis, decretos, resoluções e guias orientativos. O conteúdo desses documentos foi utilizado para fundamentar os elementos estruturantes do planejamento estratégico, auxiliando na definição dos princípios, diretrizes, missão, visão, valores, metas e objetivos estratégicos da área de TIC. O Quadro 7 apresenta esse conjunto de documentos.

Quadro 7 Documentos de referência de TIC (DRT) para a construção do PETIC.

Código	Documento de Referência	Descrição
DRT ₁	Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021 (Lei do Governo Digital).	Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.
DRT ₂	Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
DRT ₃	Lei Federal 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
DRT ₄	Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.	Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
DRT ₅	Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências (vigente somente até 03/2024).
DRT ₆	Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020.	Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
DRT ₇	Decreto nº 10.782, de 30 de agosto de 2021.	Altera o Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018, que institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.
DRT ₈	Decreto nº 10.996, de 14 de março de 2022.	Altera o Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
DRT ₉	Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020.	Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os



		documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.
DRT ₁₀	Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019.	Institui o portal único "gov.br" e dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo federal.
DRT ₁₁	Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018.	Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional
DRT ₁₂	Resolução Consuni/UFT nº 38 de 23 de abril de 2021.	Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), 2021-2025.
DRT ₁₃	Resolução Consuni/UFT nº 68, 06 de julho de 2022.	Dispõe sobre a Política de Governança e Gestão de Riscos da Universidade Federal do Tocantins (UFT).
DRT ₁₄	Resolução Consuni/UFT nº 70 de 06 de julho de 2022.	Dispõe sobre a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFT.
DRT ₁₅	Estratégia de Governo Digital (EGD), Decreto no 10.332, de 28 de abril de 2020	Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
DRT ₁₆	Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019	Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP.
DRT ₁₇	Instrução Normativa SGD/MGI nº 6, de 29 de março de 2023	Regulamenta os requisitos e procedimentos para aprovação de contratações ou de formação de atas de registro de preços, a serem efetuados por órgãos e entidades integrantes do SISP do Poder Executivo federal, relativos a bens e serviços de TIC.
DRT ₁₈	Portaria SGD nº 39, de 9 de julho de 2019.	Dispõe sobre procedimentos para a unificação dos canais digitais e define regras para o procedimento de registro de endereços de sítios eletrônicos na internet e de aplicativos móveis do Governo Federal
DRT ₁₉	Portaria SGD/ME nº 548, de 24 de janeiro de 2022.	Dispõe sobre a avaliação de satisfação dos usuários de serviços públicos e estabelece padrões de qualidade para serviços públicos digitais no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal
DRT ₂₀	Portaria SGD/ME nº 18.152, de 4 de agosto de 2020.	Dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação

		do Poder Executivo Federal - SISP
DRT ₂₁	Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial.	tem por objetivo potencializar o desenvolvimento e a utilização da tecnologia com vistas a promover o avanço científico e solucionar problemas concretos do País, identificando áreas prioritárias nas quais há maior potencial de obtenção de benefícios
DRT ₂₂	Guia de PDTIC do SISP v2.1, 2021.	Finalidade disponibilizar informações para auxiliar a elaboração e o acompanhamento de um Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação – PDTIC, com conteúdo e qualidade mínimos para aprimorar a gestão da Tecnologia da Informação nos órgãos da Administração Pública Federal – APF
DRT ₂₃	Guia de GOVTIC do SISP, v2.0, 2017.	O Guia tem o objetivo de apoiar os integrantes do SISP no desenvolvimento e aperfeiçoamento da Governança de TIC em suas organizações. Apresenta um modelo referencial de governança de TIC estruturado em princípios, diretrizes, práticas e condicionantes
DRT ₂₄	Guia de Projetos de Software com Práticas de Métodos Ágeis p/SISP, v1.0.	Guia de Projetos de Software com Práticas de Métodos Ágeis
DRT ₂₅	Metodologia de Gerenciamento de Projetos do SISP, v1.0, 2011.	Guia com processos de gerenciamento de projetos, guias de referência, ferramentas, artefatos, glossário e sigla.
DRT ₂₆	Metodologia de Gerenciamento de Portfólio de Projetos do SISP, v1.0.	Instrumento que reúne processos, artefatos e ferramentas. Integra um conjunto de obras relacionadas à gestão e governança de TI e é um complemento à Metodologia de Gerenciamento de Projetos do SISP (MGP-SISP).
DRT ₂₇	Roteiro de Métrica de Software do SISP, v2.3, 2018.	Instrumento que apresenta um roteiro de métricas, com base nas regras de contagem de pontos de função do Manual de Práticas de Contagem (CPM 4.3), para vários tipos de projetos de desenvolvimento e de manutenção de sistemas.

Análise do Ambiente

A análise do ambiente de atuação da TIC na UFT foi realizada a partir da matriz SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats), que é um método aplicado para estudo de cenários para a gestão e planejamento estratégico por meio da análise das vantagens (pontos fortes) e desvantagens (pontos fracos) internas da instituição e os aspectos externos positivos (oportunidades) e negativos (ameaças) para o crescimento ou comprometimento.

A matriz SWOT permite a formulação de estratégias a partir da análise de variáveis internas e externas, facilitando a geração de alternativas de escolhas e possíveis linhas de atuação. A análise do ambiente interno avalia a posição atual da instituição, sendo que esses fatores podem ser controlados pela gestão, uma vez que são resultados das estratégias de atuação definidas pela equipe, sendo necessário ressaltar os pontos fortes e controlar ou até minimizar os efeitos dos pontos fracos. A análise do ambiente externo permite uma antecipação do futuro, sendo fatores que estão totalmente fora

do controle, porém, que podem ser identificados e monitorados para aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças. O modelo é apresentado na Figura 12.

Matriz SWOT		
SWOT	AJUDA (Na conquista dos objetivos)	ATRAPALHA (Na conquista dos objetivos)
AMBIENTE INTERNO (Atributos da organização)	FORÇAS	FRAQUEZAS
AMBIENTE EXTERNO (Atributos do ambiente)	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS

Figura 12 Esquema adotado para a construção da Matriz SWOT de análise do cenário da TIC na UFT.

Os fatores internos devem ser monitorados a partir de um conjunto de variáveis que ajudem a diagnosticar todo o cenário organizacional. O levantamento das forças permite identificar os recursos e as capacidades da instituição, os quais podem ser combinados para gerar vantagens competitivas. Por outro lado, o levantamento das fraquezas, ou seja, das vulnerabilidades, permite uma concentração de esforços para melhoria contínua da instituição. Os fatores externos podem afetar o desempenho da organização a partir das oportunidades e das ameaças. Nesse sentido, para a avaliação do ambiente externo deve-se considerar os fatores macro e microambientais, vindo o primeiro a considerar questões demográficas, econômicas, políticas, sociais, culturais, legais e etc, enquanto o segundo, considera-se os beneficiários, organizações congêneres, parceiros, potenciais parceiros e etc.

É necessário identificar as mudanças do ambiente externo para que a organização aproveite mais as oportunidades e sofra menos com as ameaças, o que deve ser acompanhado de uma análise do grau de probabilidade de um evento ocorrer, ou seja, de um determinado cenário se concretizar. Portanto, é importante perceber as mudanças do ambiente externo e ter a competência para adaptar-se a essas mudanças transformando as ameaças em oportunidades. Após realizados os levantamentos das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças é importante realizar um cruzamento para extração das melhores relações bidimensionais entre cada um dos fatores.

A Figura 13 apresenta o modelo de correlação da matriz SWOT entre os ambientes externos e internos produzindo quatro situações:

- **Alavanca:** Oportunidade x Força permite cenários em que a organização pode desenvolver suas vantagens competitivas;
- **Restrição:** Oportunidade x Fraqueza mostra cenários em que é possível estabelecer as bases para modificações no ambiente interno para tirar proveito das oportunidades;
- **Defesa:** Ameaça x Força é um cenário em que é necessário empreender esforços na modificação do ambiente para torná-lo mais favorável para a organização;
- **Problema:** Ameaça x Fraqueza que traz um cenário que torna a organização mais vulnerável impactando na viabilidade de manutenção do negócio.

Cruzamento Entre Quadrantes da Matriz Swot						
<div>Ambiente Interno</div> <div>Ambiente Externo</div>	Ponto Forte A	Ponto Forte B	Ponto Forte C	Ponto Fraco A	Ponto Fraco B	Ponto Fraco C
	Oportunidade A					
	Oportunidade B	ALAVANCAS			RESTRIÇÕES	
	Oportunidade C					
	Ameaça A					
	Ameaça B	DEFESAS			PROBLEMAS	
	Ameaça C					

Figura 13 Modelo de cruzamento dos fatores internos e externos do Swot.

Após a realização da análise SWOT, é necessário estabelecer as metas de melhoria dos itens considerados prioritários e de baixo desempenho, as metas relacionadas às formas de atuação para aproveitamento das oportunidades, e por fim, as ações importantes para evitar os efeitos de eventuais ameaças. Nesse sentido, as metas são consideradas a base do planejamento anual, realizado na Universidade Federal do Tocantins através do Plano Anual de Trabalho (PAT), registrado e compartilhado por meio do Sistema Naus. É importante destacar que as ameaças em certos casos são consideradas oportunidades em um futuro próximo, sendo uma questão de tempo, dado que esse componente é considerado cada vez mais importante na estratégia das organizações. Além disso, as ameaças podem ser consideradas como riscos. O Quadro 8 apresenta o levantamento de cenário da TIC da UFT a partir do SWOT e o Quadro 9 apresenta um cruzamento das informações do SWOT.

Quadro 8 Levantamento de Cenário com SWOT.

FORÇAS (S)	FRAQUEZAS (W)
- S ₁ : Centralização da gestão dos recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos de TIC;	- W ₁ : Baixa maturidade dos processos de gestão e governança de TIC reduzindo a excelência técnica e sustentabilidade;

<ul style="list-style-type: none"> - S₂: Comitês de Governança e Gestão de TIC atualmente implantados e atuantes na instituição; - S₃: Capacidade de identificação e internalização de novas tecnologias; - S₄: Unidade administrativa fortalecida em níveis estratégico, tático e operacional como uma Pró-Reitoria; - S₅: Equipe bem capacitada, qualificada em nível de graduação e pós-graduação e engajada na resolução dos desafios; - S₆: Modelo de trabalho orientado a criação de valor com base em instrumentos de auditoria, avaliação e planejamento institucional. - S₇: PDI voltado à inovação pedagógica com ferramentas de TIC. 	<ul style="list-style-type: none"> - W₂: Falta de credibilidade da TIC junto às demais unidades administrativas e acadêmicas; - W₃: Comunicação interna e externa ineficiente resultando em atrasos na entrega de produtos e serviços de TIC; - W₄: Dificuldade em mensurar os resultados das entregas de valor à comunidade; - W₅: Equipe de desenvolvimento com número insuficiente de servidores e a equipe de banco de dados com um número inexistente; - W₆: Portfolio de TIC divulgado inadequadamente; - W₇: Falta de alinhamento das equipes técnicas e administrativas para executar projetos e serviços.
<p>OPORTUNIDADES (O)</p> <ul style="list-style-type: none"> - O₁: Adoção de soluções oferecidas por outras instituições da Administração Pública Federal; - O₂: Modelos de normativos institucionais de TIC definido e compartilhado pelo Sistema de Administração de TIC do Governo Federal; - O₃: Estratégia de Transformação Digital estabelecida e fomentada pela Administração Pública Federal; - O₄: Ampliação da utilização de soluções que utilizam nuvem computacional para prover serviços prontos e funcionais à comunidade; - O₅: Modelos de Gestão e Governança promovido e difundido na Administração Pública Federal; - O₆: Interação com gestores de outras órgãos no Colégio de Gestores de TIC (Andifes/Sisp); - O₇: Bom trânsito para atendimento das demandas institucionais junto à bancada legislativa do Estado do Tocantins. 	<p>AMEAÇAS (T)</p> <ul style="list-style-type: none"> - T₁: Baixa capacidade de retenção de profissionais de TIC na instituição; - T₂: Inexistência de política de seleção e priorização das demandas de TIC; - T₃: Deficiência no planejamento e nos processos das demais unidades administrativas gerando soluções digitais que não atendem o público; - T₄: Cultura incipiente de gestão de projetos e serviços acadêmicos e administrativos na instituição; - T₅: Redução no orçamento federal para a instituição inviabilizando investimentos em soluções de TIC; - T₆: Gestão de riscos pouco praticada pelas unidades administrativas impactando na priorização das demandas de TIC; - T₇: Demandas legais sem o acompanhamento orçamentário para implementação.

Quadro 9 Cruzamento das informações do SWOT.

	O ₁	O ₂	O ₃	O ₄	O ₅	O ₆	O ₇		R _i
S ₁	3	5	5	4	4	4	1		52
S ₂	3	4	5	5	4	1	4		55

S₃	5	5	5	5	5	4	4		5	3	5	4	5	3	3		61
S₄	5	4	5	3	4	2	3		5	2	3	3	4	3	2		48
S₅	5	5	4	5	5	3	4		5	4	5	4	2	4	3		58
S₆	5	4	5	5	5	4	3		5	4	3	4	1	5	1		54
S₇	5	2	5	3	3	3	5		5	4	5	4	1	4	2		51

W₁	4	5	5	2	4	5	1	26	5	5	5	5	1	5	1	27	53
W₂	3	3	4	1	1	2	2	16	5	1	2	2	1	1	2	14	30
W₃	4	4	4	2	3	3	1	21	4	2	3	3	1	3	2	16	37
W₄	2	2	4	3	3	3	1	18	4	4	4	4	1	5	2	24	42
W₅	4	3	4	5	4	3	1	24	5	3	5	1	5	3	4	27	51
W₆	1	4	3	1	2	1	2	13	4	2	1	3	1	1	1	13	26
W₇	4	3	4	4	4	1	3	23	5	4	5	3	1	3	1	22	45

R_E	09	05	06	12	09	03	13	01	05	02	07	08	07	05
----------------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Alavancas = 199; **Restrições = 177;** **Defesas = 142;** **Problemas = 144.**

Capacidade ofensiva $|Q_I - Q_{III}| = 199 - 177 = 22$;

Capacidade defensiva $|Q_{II} - Q_{IV}| = 142 - 144 = 2$;

A partir da análise conclui-se que a TIC possui uma capacidade ofensiva positiva, que consiste na percepção de como ela pode usar suas forças para aproveitar as oportunidades do ambiente externo. Apesar de positiva, a capacidade defensiva deve ser observada, sendo necessários que ações sejam priorizadas para superar ou mitigar as debilidades e vulnerabilidades encontradas, principalmente na perspectiva de processos internos da TIC.

Após a fase de análise, deve ser estabelecido um conjunto de objetivos e metas, priorizando as alavancas e problemas e forças prejudiciais à organização. Cada objetivo ou conjunto de objetivos deve ser fragmentado em metas anuais para realização de acompanhamentos e correções de rumos. A elaboração do diagnóstico estratégico, por meio do SWOT, deve levar à formulação de objetivos estratégicos para a entidade, conservando, em especial, o princípio da comunicação total entre todos os níveis hierárquicos da organização para a elaboração e escolha dos objetivos e metas. Para cada objetivo estratégico e metas deve ser definido um horizonte temporal para alcance dos resultados; um responsável;

os indicadores para a avaliação dos objetivos; e um mecanismo de quantificação.

Necessidades Tecnológicas a partir de Relatórios Institucionais

As necessidades institucionais geram necessidades de dados, informação e conhecimento, que demandam por soluções de TIC, que por sua vez demandam capacidade, seja ela recursos humanos, materiais, equipamentos, sistemas e infraestrutura, resultando em demanda de recursos financeiros (investimentos), seja na aquisição de equipamentos (capital), contratação de serviços e capacitação da equipe (custeio). Diante disso, é fundamental um processo de planejamento e direcionamento de TIC de forma que os recursos sejam aplicados em atividades que estejam alinhadas com a estratégia institucional, em especial, observando o diagnóstico de com os desafios e objetivos estratégicos para a concepção de um plano estratégico de TIC adequado a entrega de valores almejados pela instituição.

Existem fontes de dados e informações que auxiliam a identificar as necessidades estratégicas. Destaca-se entre essas fontes, os relatórios de avaliação produzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), o estoque de recomendações da Auditoria Interna, as ações do Plano de Desenvolvimento Institucional, os indicadores de gestão e de governança do Tribunal de Contas da União (TCU) e os guias do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP). Essas fontes foram usadas para formular as necessidades e os desafios estratégicos de TIC.

O primeiro levantamento realizado, apresentado nos quadros 10-14, é resultado das análises dos Relatórios de Avaliação da CPA. As informações foram obtidas dos relatórios que compreendem um período de 5 anos (2017-2021). Com os relatórios, foi possível levantar informações importantes sobre a atuação da TIC no contexto acadêmico e pedagógico, em especial, em relacionados à infraestrutura tecnológica de salas de aula, laboratórios (informática principalmente), Portal de Informações, sistemas e softwares, e infraestrutura de rede e comunicação. Tais análises tornaram-se essenciais para a realização deste planejamento estratégico, principalmente no campo acadêmico pedagógico.

Quadro 10 Resultado da análise da área de TIC no Relatório de Avaliação da CPA no ano de 2018.

Ano de Referência: 2017	
Assertiva	Analítico/Voz da Comunidade
As ações acadêmico-administrativas para a extensão na UFT estão de acordo com as políticas institucionais.	▪ Ferramentas de apoio a eventos acadêmicos precisam ser ampliadas e melhoradas junto à comunidade acadêmica.
A UFT desenvolve políticas e ações de acompanhamento dos egressos.	▪ Observa-se a necessidade de manutenção da pesquisa e aumento da visibilidade do Portal do Egresso
Como você avalia a estrutura de informação e comunicação dirigida ao público interno, tanto por	▪ Esse tópico teve avaliações predominantemente suficientes e insatisfatórias nos três segmentos (discente, docente e técnicos administrativos), sendo necessário melhorar o suporte aos ambientes

parte da UFT como do seu Campus.	<p>de computacional, tais como o Portal de Informações;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Descentralização da divulgação das informações. Uma das iniciativas, já em curso, diz respeito à criação/atualização de mini-homes (sítios específicos) para Reitoria, Pró-reitorias, Programas Institucionais e Cursos de Graduação.
Como você avalia a estrutura de informação e comunicação dirigida ao público externo, tanto por parte da UFT como do seu Campus.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Esse tópico teve avaliações predominantemente suficientes e insatisfatórias nos três segmentos (discente, docente e técnicos administrativos), sendo necessário melhorar o suporte aos ambientes de computacional, tais como o Portal de Informações; ▪ Criações de canais para exibição de pequenos vídeos nas redes sociais e internet podem auxiliar no processo de fortalecimento da relação da comunidade interna e externa com a comunidade.
A instituição desenvolve atividades junto com a comunidade acadêmica para o aprimoramento do Sistema de Informações para o Ensino (SIE) e do Portal do Aluno e do Professor.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Classificaram como insuficiente foram predominantes na avaliação, sendo necessário obter maiores informações para a concepção de um projeto de melhoria no SIE; ▪ Verificar ações que melhorem a qualidade na transparência dos dados publicados a partir do SIE.
Os laboratórios de informática e os recursos de tecnologias de informação e comunicação no seu Campus tem infraestrutura adequada.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação predominantemente de insuficiente; ▪ Os dados expressos pelos gráficos caracterizam um nível elevado de insatisfação da comunidade acadêmica no que se refere à infraestrutura.

Quadro 11 Resultado da análise da área de TIC no Relatório de Avaliação da CPA no ano de 2018.

Ano de Referência: 2018	
Assertiva	Analítico/Voz da Comunidade
Como você avalia a estrutura de informação e comunicação dirigida ao público interno, tanto por parte da UFT como do seu Campus	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Esse tópico teve uma avaliação predominantemente satisfatória nos três segmentos (discente, docente e técnicos administrativos); ▪ Aperfeiçoar o sistema NAUS, com vistas à desburocratização dos fluxos das Unidades Gestoras (UGs) e à convergência entre diferentes sistemas/plataformas.
Como você avalia a estrutura de informação e comunicação dirigida ao público externo, tanto por parte da UFT como do seu Câmpus	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Esse tópico teve uma avaliação predominantemente satisfatória nos três segmentos (discente, docente e técnicos administrativos); ▪ O tópico sugere melhorias nos ambientes de comunicação oficial da instituição, tais como o Portal de Informações e e-mail.
Como você avalia as salas de aula do seu Campus	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Esse tópico teve uma avaliação predominantemente satisfatória nos três segmentos (discente, docente e técnicos administrativos);
Como você avalia os laboratórios do seu Campus?	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Esse tópico teve uma avaliação predominantemente satisfatória nos três segmentos (discente, docente e técnicos administrativos);

Como você avalia as condições de acesso à internet do seu Campus	<ul style="list-style-type: none"> Esse tópico teve uma avaliação predominantemente satisfatória nos três segmentos (discente, docente e técnicos administrativos);
--	--

Quadro 12 Resultado da análise da área de TIC no Relatório de Avaliação da CPA no ano de 2019.

Ano de Referência: 2019	
Assertiva	Analítico/Voz da Comunidade
A divulgação da informação e comunicação dirigida ao público interno, tanto por parte da UFT como do seu Curso/Campus.	<ul style="list-style-type: none"> Melhorias na atualização das informações (conteúdo) no Portal de Informações. Adoção do Portal como repositório padrão de informações institucionais.
A divulgação da informação e comunicação dirigida ao público externo, tanto por parte da UFT como do seu Curso/Campus	<ul style="list-style-type: none"> Problemas no motor de busca do Portal de Informações da UFT; Necessidade de melhor estruturação do site e conteúdo dificultado pelos níveis de apresentação das informações.
Os sistemas de gestão acadêmica e gestão administrativa da UFT (SIE, Naus, SIGProj, GPU, Asten, Reserva de Espaço e Solicitação de Transporte).	<ul style="list-style-type: none"> Os sistemas SIE, NAUS, PARES, GIS, Intranet, Portal do Professor, Moodle, ainda são pouco práticos e difíceis de usar; Necessidade de os sistemas serem integrados entre si, para evitar a compartimentalização da informação e a necessidade de repetir informações; melhorar a interface dos programas, para torná-los mais acessíveis aos usuários.
As salas de aula do seu Curso/Campus	<ul style="list-style-type: none"> Melhora de recursos tecnológicos didático-pedagógicos; Melhoria com a implantação de recursos áudio-visuais; Melhoria da conexão (internet) dos espaços de sala de aula.
Os laboratórios do seu Curso/Campus	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de melhorias de infraestrutura (pintura, instalações elétricas, manutenção de equipamentos); Necessidade de melhorar a manutenção dos equipamentos; Melhores condições de computadores e acesso aos laboratórios de informática para docentes e discentes; Aumento no número e da distribuição dos laboratórios de informática diante do número de usuários dos ambientes; Necessidade de atualização dos computadores devido a muitos estarem obsoletos;
A biblioteca do seu Campus	<ul style="list-style-type: none"> Acesso a Internet ruim no prédio das bibliotecas; O sistema usado pela biblioteca, SIE, vive constante e recorrentemente com problemas, causando transtornos ao atendimento de usuários
As condições de acesso à internet do seu Campus	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de ampliação de pontos de acesso à internet; Necessidade de melhoria na qualidade do sinal de internet;

	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar a internet nos locais de uso comum, tais como lanchonetes, restaurantes universitários, bibliotecas e etc.
As condições de acessibilidade do seu Campus	<ul style="list-style-type: none"> Verificar as adaptações necessárias para garantir a acessibilidade física e digital aos Laboratórios de Informática.

Quadro 13 Resultado da análise da área de TIC no Relatório de Avaliação da CPA no ano de 2020.

Ano de Referência: 2020	
Assertiva	Analítico/Voz da Comunidade
A adoção do ensino remoto como forma de reativar parte das atividades acadêmicas durante a pandemia	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura institucional frágil para a utilização massiva das TDICs (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação); Falta de familiaridade da comunidade com ferramentas de tecnologia da informação e comunicação e tecnologias educacionais.
A estrutura de internet, os sistemas existentes e demais tecnologias de informação e comunicação disponibilizadas pela UFT para o desenvolvimento de atividades remotas	<ul style="list-style-type: none"> Sistemas com tecnologias defasadas, bem como interfaces que não são intuitivas e não apresentam comunicação (integração) entre si; Ausência de ferramentas tecnológicas (hardwares e softwares) para o ensino remoto; Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle com várias versões diferentes para cada iniciativa e em sua maioria com versões desatualizadas; Necessidade de adequação das tecnologias educacionais na estrutura administrativa da instituição.
Comentários gerais da Voz da Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de comunicação na Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS); Necessidade de implantação de mecanismos de acessibilidade e inclusão digital; Implantar mecanismos para gravar e compartilhar aulas; Melhoria da internet nos campus universitários para a comunidade; Necessidade de tratar as políticas de proteção a dados e privacidade, assim como melhorar a segurança digital; necessidade de fornecimento de computadores e softwares para os docentes executarem suas atividades laborais; Necessidade de construção de mecanismos para apresentação de dados acadêmicos e administrativos institucionais; Necessidade da instituição empreender investimento na implantação de processos acadêmicos e administrativos no formato digital; Necessidade de aquisição de kits para aulas remotas com microfone, webcam, caixas de som, tripé, iluminação, bem como softwares para a edição de áudio, imagem e vídeo; necessidade de aquisição de software específicos para a carga horária teórica e prática dos componentes curriculares; Necessidade de maior investimento nas tecnologias da informação e

	comunicação, em especial para a execução de atividades acadêmicas e administrativas no formato remoto.
--	--

Quadro 14 Resultado da análise da área de TIC no Relatório de Avaliação da CPA no ano de 2021.

Ano de Referência: 2021	
Assertiva	Analítico/Voz da Comunidade
A divulgação da informação e comunicação dirigida ao público interno, tanto por parte da UFT como do seu Curso/Campus.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorias na atualização das informações (conteúdo) no Portal de Informações. ▪ Adoção do Portal como repositório padrão de informações institucionais.
Os sistemas e demais tecnologias de informação e comunicação disponibilizadas pela UFT	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A avaliação dos sistemas e demais tecnologias de informação e comunicação disponibilizadas pela UFT foi insatisfatória (ruim) entre os docentes e egressos, bem como em todos os Campi, com exceção de Arraias e Reitoria. ▪ Investir no aprimoramento e integração dos diversos sistemas de gestão de informação utilizados pela comunidade acadêmica; ▪ Investir em auxílio digital para aquisição de equipamentos para docentes e técnicos administrativos e conexão de internet, para a realização do projeto de “Educação 4.0”, proposto no PDI; ▪ Sistema de matrículas péssimo com oferta desatualizada.
Os sistemas Portal do Aluno/Portal do Professor.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os sistemas de Portal do Aluno e Portal do Professor foram bem avaliados pela comunidade; ▪ Necessidade de melhorar o funcionamento/instabilidades e usabilidade da parte dos serviços dos Portais do Aluno/Professor.
A plataforma AVA/Moodle.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade de melhoria de sistemas e tecnologias de informação e comunicação aplicadas aos ensino; ▪ Migrar a plataforma MOODLE para a google classroom.
A instrumentalização (Sistema de Acompanhamento e Gestão de Estágio) da UFT para atender à demanda por estágios acadêmicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A avaliação dos sistemas e demais tecnologias de informação e comunicação disponibilizadas pela UFT foi insatisfatória (ruim) entre os docentes e egressos, bem como em todos os Campi, com exceção de Arraias e Reitoria.
O portal da UFT como canal de comunicação utilizado para divulgar as atividades da instituição.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A comunicação não se ocorre de modo a atender os anseios da comunidade acadêmica; ▪ Existem graves problemas para obter informações a partir do Portal de Informações da UFT; ▪ O site da UFT é confuso e não obedece a uma lógica para acesso rápido das informações; ▪ O portal da UFT é um labirinto, há muita dificuldade em conseguir encontrar as informações e as subseções são desatualizadas.



Os recursos audiovisuais utilizados em aulas (Data show, lousa digital).	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade de equipar salas e laboratórios com equipamentos para aulas híbridas.
O(s) laboratório(s) de informática do seu Curso/Campus (Infraestrutura e equipamentos).	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recuperar e renovar os espaços físicos e equipamentos dos laboratórios nos Campi, principalmente os laboratórios de informática para a plena realização do projeto de "Educação 4.0", proposto pelo PDI; ▪ Os laboratórios de informática do Campus não é nem conhecido por boa parte dos acadêmicos, que nem mesmo sabem onde ficam e que podem usá-los; ▪ melhorar acesso a mais tecnologia mais computadores na biblioteca e mais tecnologia e nos laboratórios; ▪ Necessidade de um laboratório completo de informática, pois os que têm, o espaço é pequeno , não temos máquinas suficiente para acomodar alunos nem mesmo de uma turma com aproximadamente vinte alunos; ▪ É necessário adquirir computadores novos.
As condições de acesso à internet do seu Campus.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O apoio dos setores e tecnologia da informação durante o período de pandemia têm sido precário; ▪ Falta de Internet nos campus impossibilita melhorias no estudo.

O Painel de Recomendações da Auditoria Interna da UFT apresenta as recomendações detalhadas com inteiro teor, constatações, documentos e demais informações. As recomendações são arroladas aos responsáveis contendo sua situação definida e prazo de atendimento. Esse instrumento auxilia no diagnóstico do cumprimento às demandas legais. Destaca-se que foram emitidas recomendações nos anos de 2019, 2021 e 2022, adotados como período de análise para a construção deste PETIC, as quais são apresentadas nos Quadros 15-17.

Quadro 15 Recomendações da Auditoria Interna da UFT para a PROTIC em 2019.

Referência: 2019				
Relatório	Assunto	Processo SEI	Situação	Prazo
2018.008126	PDTI e CGTI	23101.011722/2022-71	CANCELADA	CANCELADA
Constatação:	Falha no monitoramento das ações previstas no PDTI 2017 pelo CGTI, não aplicação dos indicadores definidos, como descumprimento da Resolução CONSUNI nº 06/2015.			
Recomendação:	Estabeleça rotina de monitoramento suficiente para a aplicação dos indicadores e consolidação dos dados gerenciais de cumprimento das metas do PDTI, com a observância do disposto no Regimento Interno do CGTI, quanto à periodicidade das reuniões e atuação no acompanhamento do PDTI.			



2018.008126	PDTI e CGTI	23101.011722/2022-71	EM ATENDIMENTO	VENCIDA
Constatação:	Falta de metas especificamente definidas, com prazos e responsáveis no PDTI 2017.			
Recomendação:	Efetue a aprovação e publicação do PDTI 2018/2019 adotando a metodologia de metas especificada pela Portaria nº 19/2017/STI/MP.			
2018.008126	PDTI e CGTI	23101.011722/2022-71	EM ATENDIMENTO	VENCIDA
Constatação:	Imprecisão e divergências entre a metodologia adotada para elaboração do plano e o efetivamente executado para o PDTI 2017.			
Recomendação:	Realize as adequações necessárias ao cumprimento dos requisitos mínimos da Portaria nº 19/2017/STI/MP, para o PDTI ano 2018/2019 e próximos, enquanto vigorar o referido normativo.			
2018.008126	PDTI e CGTI	23101.011722/2022-71	EM ATENDIMENTO	VENCIDA
Constatação:	Inexistência de PDTI para o exercício de 2018.			
Recomendação:	Efetue a aprovação e publicação dos próximos planos antes do início do seu exercício de execução, para evitar períodos descobertos com a sua vigência.			
2018.008126	PDTI e CGTI	23101.011722/2022-71	ATENDIDA	ATENDIDA
Constatação:	Inexistência de PDTI para o exercício de 2018			
Recomendação:	Efetue a homologação e publicação do PDTI ano 2018/2019 pelos órgãos colegiados competentes, com sua respectiva inclusão no repositório de documento legais da UFT.			
NA/AUDIN-UFT/2018008126.94338.01	CGTI	23101.011722/2022-71	CANCELADA	CANCELADA
Constatação:	Divergência entre a portaria de composição do CGTI publicada e sua real composição.			
Recomendação:	Encaminhe cópia da nova portaria à Audin como forma de comprovação do atendimento da recomendação acima.			
NA/AUDIN-UFT/2018008126.94338.01	CGTI	23101.011722/2022-71	CANCELADA	CANCELADA
Constatação:	Divergência entre a portaria de composição do CGTI publicada e sua real composição.			



Recomendação:	Promova a atualização dos membros do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e publique a nova portaria no boletim interno, para que seus atos sejam eivados de validade e regularidade.
----------------------	--

Quadro 16 Recomendações da Auditoria Interna da UFT para a PROTIC em 2020.

Referência: 2020				
Relatório	Assunto	Processo SEI	Situação	Prazo
RA/AUDIN-UFT/0022022020.94339	CARGA HORÁRIA DOCENTE	23101.011608/2022-41	EM ATENDIMENTO	VENCIDO
Constatação:	Docentes com jornada semanal de aulas inferior ao mínimo legal sem justificativa constante no relatório da PROGRAD.			
Recomendação:	Parametrize os sistemas desenvolvidos para monitoramento da jornada de trabalho docente para que as jornadas semanais de aulas inferiores ao mínimo estabelecido sejam admitidas apenas nos casos de exceção legal.			
RA/AUDIN-UFT/0022022020.94339	CARGA HORÁRIA DOCENTE	23101.011608/2022-41	EM ATENDIMENTO	CANCELADA
Constatação:	Falta de atualização das informações funcionais docentes, fragilizando ainda mais o controle.			
Recomendação:	Mantenha o registro funcional dos servidores atualizado, de forma a promover informações confiáveis para o planejamento, distribuição, monitoramento e avaliação das atividades docentes, dentro de sua jornada de trabalho.			
RA/AUDIN-UFT/0022022020.94339	CARGA HORÁRIA DOCENTE	23101.011608/2022-41	EM ATENDIMENTO	VENCIDA
Constatação:	Sistemas provisórios inefetivos para o controle da jornada docente.			
Recomendação:	Ao desenvolver os instrumentos definitivos de planejamento, distribuição, monitoramento e avaliação das atividades docentes, elencados na legislação e normativos internos, promova a integração (preferencialmente em meio eletrônico) de informações no tocante a todas as áreas passíveis de atuação pelo professor, simplificando o acesso por parte deste e possibilitando a geração de relatórios individuais, por colegiado, campus, atividades desenvolvidas, que possam dar suporte aos indicadores necessários ao monitoramento e avaliação.			
RA/AUDIN-UFT/0022022020.	CARGA HORÁRIA	23101.011608/2022-41	EM ATENDIMENTO	VENCIDA



94339	DOCENTE			
Constatação:	Transparência parcial das informações, apenas com as atividades previstas em aulas pela publicação dos horários.			
Recomendação:	Desenvolva os instrumentos definitivos de planejamento, distribuição, monitoramento e avaliação das atividades docentes, elencados na legislação e normativos internos, alinhados aos princípios de transparência pública preconizados na Lei de Acesso à Informação, Constituição Federal e demais normativos sobre o tema, promovendo transparência ativa sobre as atividades docentes, através de relatório acessíveis ao público.			

Quadro 17 Recomendações da Auditoria Interna da UFT para a PROTIC em 2022.

Referência: 2022				
Relatório	Assunto	Processo SEI	Situação	Prazo
RA/AUDIN-UFT/0042612022.226382.01	GOVERNANÇA DE TI	23101.004261/2022-80	NÃO ATENDIMENTO	VENCIDO
Constatação:	Composição irregular e ausência de normativo interno de funcionamento do Comitê de Governança Digital.			
Recomendação:	Formular regimento interno de funcionamento do CGD de acordo com as determinações do Decreto nº10.332/2020			
RA/AUDIN-UFT/0042612022.226382.01	GOVERNANÇA DE TI	23101.004261/2022-80	NÃO ATENDIMENTO	VENCIDO
Constatação:	Composição irregular e ausência de normativo interno de funcionamento do CGD.			
Recomendação:	Formular regimento interno de funcionamento do CGD de acordo com as determinações do Decreto nº10.332/2020			
RA/AUDIN-UFT/0042612022.226382.02	GOVERNANÇA DE TI	23101.004261/2022-80	NÃO ATENDIMENTO	VENCIDO
Constatação:	Ausência de mecanismos de monitoramento e avaliação da política de governança de TI no âmbito da UFT.			
Recomendação:	Implementar mecanismos de monitoramento e avaliação para que a alta administração e o Comitê de Governança Digital acompanhem o desempenho da TI na instituição.			
RA/AUDIN-UFT/0042612022.	GOVERNANÇA DE TI	23101.004261/2022-80	NÃO ATENDIMENTO	VENCIDO



226382.03				
Constatação:	Ausência de instrumentos de planejamento: Plano de Transformação Digital e Plano de Dados Abertos.			
Recomendação:	Formular Plano de Transformação Digital de acordo com as disposições do Decreto n° 10.332/2020.			
RA/AUDIN-UFT/0042612022.226382.04	GOVERNANÇA DE TI	23101.004261/2022-80	NÃO ATENDIMENTO	VENCIDO
Constatação:	Ausência de instrumentos de planejamento: Plano de Transformação Digital e Plano de Dados Abertos			
Recomendação:	Formular Plano de Dados Abertos de acordo com as disposições do Decreto n° 10.332/2020.			
RA/AUDIN-UFT/0042612022.226382.05	GOVERNANÇA DE TI	23101.004261/2022-80	NÃO ATENDIMENTO	VENCIDO
Constatação:	Ausência de instrumentos de planejamento: Plano de Transformação Digital e Plano de Dados Abertos.			
Recomendação:	Atualizar o PDTI de acordo com os objetivos estratégicos da instituição (PDI 2021-2025), alinhando os objetivos de TI às estratégias institucionais da Universidade Federal do Tocantins.			

Quadro 18 Contabilização de benefícios não financeiros advindos do cumprimento de recomendações conforme a portaria 1.276/2017/CGU.

Classe	Recomendação	Responsável	Exercício de Atendimento	Exercício de Emissão
2.6 Outra Medida Estruturante de Aperfeiçoamento dos Programas e Processos	Dedique esforços para que as políticas de segurança da informação sejam prioridade nas discussões do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação para que sejam aprovadas o quanto antes e possam ser implementadas na Universidade Federal do Tocantins.	CGTIC	2019	2015

Quadro 19 Levantamento de Necessidades Estratégicas de Tecnologia da Informação e Comunicação a partir das informações do PDI, CPA e Auditoria Interna.

Código	Descrição	Área
--------	-----------	------

NET ₁	Implantar novas modalidades de aquisição e contratos de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação conforme legislação vigente para efetivação da Transformação Digital na instituição através de parcerias com grupos, núcleos e institutos de pesquisa e extensão, startups, aceleradoras, incubadoras de empresas e fábricas de software. OEIs: 3.2; 3.4, 3.5.	1. Aquisições e Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação
NET ₂	Implantar modelo para a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software na instituição, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. OEIs: 3.1.25; 3.1.29	1. Aquisições e Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação
NET ₃	Implantação de política de aquisição e contratos de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação conforme legislação vigente para a implantação e manutenção do parque tecnológico institucional para uma gestão de ativos tecnológicos de forma efetiva, eficiente, eficaz e transparente. OEIs: 3.12.5; 4.7.2; 5.2.1; 5.3.2; 5.4.3; 5.10.5	1. Aquisições e Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação
NET ₄	Adequação, ampliação e aquisição de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para acessibilidade digital ao parque tecnológico institucional incluindo aquelas que se enquadram na classe de tecnologias assistivas. OEIs: 2.2.	2. Desenvolvimento de Sistemas de Informações e Softwares
NET ₅	Aquisição, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informações transacionais e analíticos das mais variadas classes (Sistemas de Informações Gerenciais, Sistemas de Apoio à Decisão, Enterprise Resource Planning) para a coleta, gestão, processamento e visualização dos dados, informações e conhecimento institucionais. OEIs: 1.1; 1.7; 2.1; 2.4; 3.5.	2. Desenvolvimento de Sistemas de Informações e Softwares
NET ₆	Otimização do processo de aquisição, desenvolvimento e manutenção de softwares institucionais para a evolução tecnológica institucional nas áreas acadêmica e administrativa. OEIs: 1.1; 1.7; 1.8; 2.2; 3.1; 3.5; 4.3; 5.6; 5.7; 5.8.	2. Desenvolvimento de Sistemas de Informações e Softwares
NET ₇	Gestão eficiente, eficaz e efetiva da produção, administração, gerenciamento, manutenção e destinação dos documentos físicos e digitais para garantir a segurança, a preservação e o aprimoramento do acervo informacional da instituição a partir de plataformas computacionais adequadas a essa finalidade. OEIs: 5.1; 5.3.	3. Gerenciamento Arquivístico Digital
NET ₈	Implantação de um arquivo central para acomodação da massa documental física garantindo a correta avaliação, recolhimento, conservação, arranjo, descrição e difusão documental, além de disponibilizar os documentos para acesso ao público.	3. Gerenciamento Arquivístico Digital

	OEIs: 5.1; 5.3.	
NET ₉	Implantação de ambientes de Processamento Transacional e Processamento Analítico de dados e informações para tornar o processo de tomada de decisões eficientes, eficazes, efetivos e transparentes a partir de análises de dados e informações obtidas das bases de dados institucionais e norteadas pelo Plano de Dados Abertos. OEIs: 1.1.5; 1.2.5; 4.7.2; 5.10.7	4. Gerenciamento de Bases de Dados e Armazenamento
NET ₁₀	Aplicação de mecanismos de Inteligência de Negócios e Ciência de Dados com base em Inteligência Artificial para promover aumento de produtividade e melhoria na experiência da comunidade interna e externa com o uso dos serviços institucionais. OEIs: 1.1.5; 1.2.5; 2.5.4; 3.1.25; 3.12.5; 4.7.2; 5.10.7	4. Gerenciamento de Bases de Dados e Armazenamento
NET ₁₁	Melhoria contínua dos processos de gestão e governança de Tecnologia da Informação e Comunicação a partir das políticas, planos e protocolos institucionais visando monitorar e evoluir os indicadores de qualidade iGesTI e iGovTI junto aos órgãos de fiscalização e controle. OEIs: 1.1; 5.1; 5.2; 5.3; 5.4; 5.5.	5. Gestão e Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
NET ₁₂	Desenvolvimento de pessoas de Tecnologia da Informação e Comunicação através de reconhecimento, valorização, capacitação, qualificação e oportunidades de crescimento profissional a partir da vivência dos valores institucionais OEIs: 5.2; 5.8.	5. Gestão e Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
NET ₁₃	Comunicação interna e externa eficiente, eficaz e efetiva para fortalecimento da identidade e imagem da área de Tecnologia da Informação e Comunicação e dos seus processos, projetos, produtos e pessoas frente à instituição OEIs: 5.3; 5.4; 5.8.	5. Gestão e Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
NET ₁₄	Regulamentação das políticas, planos e protocolos no formato de resoluções, regimentos e instruções normativas conforme os objetivos, metas, indicadores e ações de Tecnologia da Informação e Comunicação para a execução de projetos, serviços e operações alinhados ao Planejamento Estratégico Institucional OEIs: 5.1; 5.3; 5.4.	5. Gestão e Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
NET ₁₅	Gestão dos programas e projetos institucionais relacionados com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação buscando estimular a inovação tecnológica institucional por meio de fomento a iniciativas acadêmicas junto aos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Tocantins. OEIs: 3.2; 3.4; 3.5	5. Gestão e Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
NET ₁₆	Atualizar e ampliar o parque tecnológico para as atividades administrativas e acadêmicas visando atender a infraestrutura de Tecnologia da Informação	6. Infraestrutura e Serviços de Tecnologia

	e Comunicação e Tecnologias Educacionais necessárias para o alcance da nota máxima nessa diretriz nos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação e pós-graduação, tais como o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e o Coleta/Avaliação Quadrienal/CAPES. OEIs: 1.1; 1.2; 1.3; 1.4; 1.7; 2.2; 2.4; 3.2; 3.4, 3.5; 4.2.	da Informação e Comunicação
NET ₁₇	Adoção de solução de Computação em Nuvem para aquisição de serviços de infraestrutura, plataforma e softwares para maior sustentabilidade do ambiente computacional de informação, serviços e processos acadêmicos e administrativos institucionais. OEIs: 4.7.3	6. Infraestrutura e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
NET ₁₈	Implantação de Metodologia de Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação com controle de qualidade do atendimento conforme os Acordos de Nível de Serviço estabelecidos para cada serviço oferecido à comunidade. OEIs: 5.9.5; 5.10.9	6. Infraestrutura e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
NET ₁₉	Prover soluções de tecnologias educacionais de hardware e software para o desenvolvimento de inovações pedagógicas atendendo às demandas dos setores acadêmicos responsáveis pela orientação dos docentes e técnicos administrativos envolvidos nas atividades de apoio docente. OEIs: 2.5.4; 3.1.3; 3.3.19; 5.2.1	7. Tecnologias Educacionais e Tecnologias Assistivas
NET ₂₀	Prover soluções de TIC no campo das tecnologias assistivas a partir de hardware e software para o apoio ao desenvolvimento acadêmico dos alunos classificados como Pessoas com Deficiência (PCD) para que a TIC possa viabilizar e apoiar as atividades realizadas por eles nos cursos e componentes curriculares ofertados pela instituição. OEIs: 3.9.1; 3.9.12; 3.12.5	7. Tecnologias Educacionais e Tecnologias Assistivas
NET ₂₁	Padronização do ambiente de gestão e governança de dados institucionais aplicada nos processos de coleta, armazenamento, processamento, visualização e descarte para a otimização do acesso, qualidade, segurança e integração dos dados e informações institucionais, atendendo à legislação de Acesso à Informação e Proteção de Dados. OEIs: 5.1; 5.3; 5.4.	8. Segurança da Informação e Privacidade
NET ₂₂	Implantação de mecanismos tecnológicos para garantia da cibersegurança protegendo os ativos de informação tais sistemas, computadores e servidores entre outros contra ameaças cibernéticas ou ataques maliciosos mantendo critérios de confidencialidade e autenticidade; integridade; disponibilidade e acessibilidade; e rastreabilidade e irretratibilidade. OEIs: 4.5.32; 4.7.2	8. Segurança da Informação e Privacidade

Desafios Estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação

Os desafios estratégicos são as questões mais relevantes a serem resolvidas pela TIC para que ela caminhe na direção do futuro de forma sustentável. Eles são os obstáculos julgados mais

importantes, os mais críticos para se alcançar o destino almejado num determinado espaço de tempo e contexto. O Quadro 19 traz os desafios estratégicos de TIC formulados com base na Estratégia do Governo Digital.

Quadro 19 Desafios Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (DET).

Código	Desafio	Descrição
DET ₁	Comunicação Interna e Externa	Como gerar e disponibilizar dados, informações e conhecimentos que sejam úteis ao público interno e externo à instituição, ampliando o relacionamento da UFT com a Comunidade?
DET ₂	Agilidade na Entrega de Valor	Como aprimorar a entrega de valor, aumentando a eficiência, a eficácia, a efetividade e a transparência.
DET ₃	Transformação Digital	Como utilizar a Transformação Digital para a ampliação dos serviços digitais para a comunidade para aumentar a capacidade da UFT de cumprir a sua missão institucional?
DET ₄	Integração	Como incrementar a integração de processos, sistemas, serviços, dados, áreas e pessoas com uso inteligente da tecnologia?
DET ₅	Governança e Gestão	Como elevar a maturidade da Governança e Gestão de TIC alinhada aos indicadores de gestão e de governança em TIC (iGesTI e iGovTI)?
DET ₆	Inovação Tecnológica	Como viabilizar a concepção e a adoção de inovações tecnológicas aos processos, produtos, projetos e pessoas de TIC para melhorias administrativas e acadêmicas na UFT?
DET ₇	Atendimento à Demanda Crescente	Como atender à crescente demanda de soluções tecnológicas diante da redução do quadro de servidores de TIC especializados?

Princípios

Os princípios são o ponto de partida para o planejamento e as diretrizes são instruções gerais que direcionam o planejamento de TIC. Para a construção deste PETIC foram adotados como documentos norteadores o Plano de Desenvolvimento Institucional e a Estratégia de Governança Digital (EGD), que traz os seis princípios que orientarão a transformação do governo por meio do uso de tecnologias digitais. O quadro 20 apresenta os princípios adotados para a construção deste PETIC.

Quadro 20 Princípios de TIC (PRT) para a construção do PETIC.

Código	Princípio	Descrição
PRT ₁	Universidade centrada na comunidade interna e externa (cidadão)	Serviços digitais centrados no cidadão preocupa-se em oferecer uma jornada mais agradável a ele, respondendo às suas expectativas por meio de serviços de alta qualidade (simples, ágeis e personalizados) e mantendo-se atento à sua experiência. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oferta de serviços públicos digitais; ▪ Avaliação de satisfação nos serviços digitais;

		<ul style="list-style-type: none"> Canais e serviços digitais simples e intuitivos.
PRT ₂	Universidade integrada com dos diversos serviços do governo federal	<p>Serviços integrados que resultam em uma experiência consistente de atendimento para o cidadão e integra dados e serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, reduzindo custos, ampliando a oferta de serviços digitais e retirando do cidadão o ônus do deslocamento e apresentação de documentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Acesso digital único aos serviços públicos; Plataformas e ferramentas compartilhadas; Serviços públicos integrados.
PRT ₃	Uma universidade com uma plataforma de serviços digitais inteligentes	<p>Um Governo inteligente, que implementa políticas efetivas com base em dados e evidências e antecipa e soluciona de forma proativa as necessidades do cidadão e das organizações, além de promover um ambiente de negócios competitivo e atrativo a investimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> Políticas e Programas baseadas em dados e evidências; Serviços públicos do futuro e tecnologias emergentes; Serviços preditivos e personalizados ao cidadão.
PRT ₄	Universidade confiável respeitados a liberdade e a privacidade digital	<p>Um Governo confiável, que respeita a liberdade e a privacidade dos cidadãos e assegura a resposta adequada aos riscos, ameaças e desafios que surgem com o uso das tecnologias digitais no Estado. Essa postura é reforçada com a oferta de uma identidade digital em escala nacional para todos os brasileiros.</p> <ul style="list-style-type: none"> Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); Garantia da segurança das plataformas digitais e de missão crítica; Identificação digital única.
PRT ₅	Universidade transparente e aberto à sociedade	<p>Um Governo transparente e aberto, que atua de forma proativa na disponibilização de dados e informações e viabiliza o acompanhamento e a participação da sociedade nas diversas etapas dos serviços e das políticas públicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Reformulação dos canais de transparência e dados abertos; Participação do cidadão na elaboração de políticas públicas.
PRT ₆	Universidade eficiente, eficaz e efetiva.	<p>Um Governo eficiente, que capacita seus profissionais nas melhores práticas e faz uso racional da força de trabalho e aplica intensivamente plataformas tecnológicas e serviços compartilhados nas atividades operacionais. Complementarmente, otimiza a infraestrutura e os contratos de tecnologia, buscando a redução do custo e ampliação de serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação; O digital como fonte de recursos para políticas acadêmicas essenciais; Equipes com competências digitais.

Diretrizes

As diretrizes definem caminhos e estabelecem as estratégias para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais. Nesse sentido, o Quadro 21 apresenta as principais diretrizes formuladas a

partir dos princípios estabelecidos na seção anterior, os quais foram utilizados como base para a construção deste documento representando os valores e preceitos institucionais.

Quadro 21 Diretrizes de TIC (PRT) adotadas a partir dos princípios para a construção do PETIC.

Código	Diretriz	Descrição
DTT ₁	O PETIC deve estar alinhado à Estratégia do Governo Digital com a Transformação Digital dos Serviços Públicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alinhamento aos princípios, objetivos e iniciativas da Estratégia de Governo Digital para o aumento da eficiência pública (Decreto no 10.332, de 29 de abril de 2020) com base na Lei federal nº 14.129, de 29 de março de 2021 (Lei do Governo Digital); ▪ Buscar a simplificação no atendimento aos usuários do Serviço Público (Decreto 9.094/2018); ▪ Aderir às diretrizes da Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Decreto nº 8.936/2016).
DTT ₂	Gestão e Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atender as diretrizes da política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Decreto 9.203/2017); ▪ Implantar a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação conforme orientações do SISF do Poder Executivo Federal-SISF (Portaria SETIC/MP nº 19/2017).
DTT ₃	Adequação aos padrões de interação dos canais digitais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Unificação dos canais de informações digitais da instituição conforme os padrões do Governo Federal (Decreto nº 9.756/2019); ▪ Implantação e gestão do Padrão Digital de Governo dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal com os padrões de interface que devem ser seguidos por designers e desenvolvedores para garantir a experiência única na interação com os sistemas interativos do Administração Pública Federal (Portaria SGD/ME nº 540/ 2020) ▪ Procedimentos para a unificação dos canais digitais e define regras para o procedimento de registro de endereços de sítios eletrônicos na internet e de aplicativos móveis do Governo Federal (Portaria SGD/ME nº 39/2019)
DTT ₄	Transparência Pública	<p>Define formalmente no âmbito da organização os mecanismos de transparência e prestação de contas dos investimentos de recursos públicos aplicados em iniciativas de TIC por meio de plataforma única de acesso à informação;</p> <p>Adotar as diretrizes e normas da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011);</p> <p>Adotar as diretrizes sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei nº 13.460/2017).</p>
DTT ₅	Governança de Dados e Interoperabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter uma estrutura de gestão de dados adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.853/2019); ▪ Adotar o barramento de interoperabilidade da Plataforma de Cidadania Digital para integração dos sistemas e das bases de dados dos órgãos e das entidades da administração pública federal (Decreto nº 10.046/2019); ▪ Seguir as diretrizes do Marco Civil da Internet que prevê o desenvolvimento da

		<p>internet no Brasil e a promoção da racionalização e da interoperabilidade tecnológica dos serviços de governo eletrônico e a promoção da interoperabilidade entre sistemas e terminais diversos (Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Adotar os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING, definido no âmbito do SISP (Portaria normativa nº 05/2005); ▪ Atender aos princípios e diretrizes de governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados (Decreto nº 10.046/2019); ▪ Atender aos padrões para as comunicações de dados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional por meio de redes de telecomunicações e serviços de tecnologia da informação fornecidos por órgãos ou entidades da Administração Pública Federal (Portaria Interministerial MP/MC/MD nº 141/2014).
DTT ₆	Licitações e Contratações de TIC planejadas, executadas e avaliadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As contratações de soluções de TIC deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com PDI, PETIC e PDTIC e deve visar ao atendimento à missão, visão e objetivos estratégicos institucionais, que deve ser avaliado por meio de mensuração e avaliação de resultados; ▪ Os processos de aquisição devem seguir os requisitos e procedimentos para aprovação de contratações ou de formação de atas de registro de preços, a serem efetuados por órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo federal, relativos a bens e serviços de TIC conforme a Instrução Normativa SGD/MGI nº 6/2023 . ▪ O processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do SISP do Poder Executivo Federal deve seguir a legislação vigente, sendo atualmente a Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.
DTT ₇	Terceirização de atividades de TIC	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maximizar a terceirização das atividades de execução e operação, ficando a UFT com as tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle com base na Portaria SGD/ME Nº 5.651/2022 que estabelece modelo para a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação.
DTT ₈	Monitoramento da qualidade de projetos, operações e serviços críticos de TIC	<p>Todos os serviços e processos de TI críticos para a organização devem ser monitorados (planejados, organizados, documentados, implementados, medidos, acompanhados, avaliados e melhorados);</p> <p>Adoção de mecanismos de avaliação de satisfação dos usuários de serviços públicos a partir de padrões de qualidade para serviços públicos digitais (Portaria SGD/ME nº 548/2022).</p>
DTT ₉	Acessibilidade digital ampliando o acesso às informações para a comunidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adoção de padrões de acessibilidade do governo digital por meio do eMAG no âmbito do SISP, tornando sua observância obrigatória nos sítios e portais do governo brasileiro; ▪ Atender às diretrizes da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), de 30 de março de 2007, elaborada pela Nações



	interna e externa à UFT	Unidas, define, em seu artigo 9º, a obrigatoriedade de promoção do acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à Internet.
DTT ₁₀	Segurança da Informação, Proteção de Dados e Privacidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inclusão da instituição na Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos (Decreto nº 10.748, de 16 de julho de 2021); ▪ Atender a Política Nacional de Segurança da Informação, que dispõe sobre a governança da segurança da informação (Decreto nº 9.637/2018); ▪ Realizar o alinhamento das ações conforme a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (Decreto nº 10.222/2020); ▪ Realizar o alinhamento com a Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (Decreto nº 10.569/2020); ▪ Atentar o definido na Constituição Federal de 1988, no art. 5º, X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
DTT ₁₁	Qualidade dos Serviços Digitais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação de um sistema de avaliação de satisfação dos usuários de serviços públicos e estabelece padrões de qualidade para serviços públicos digitais no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal (Portaria SGD/ME nº 548/2022).

REFERENCIAL ESTRATÉGICO DE TIC

A partir do diagnóstico do cenário, das necessidades e dos desafios estratégicos pautados nos princípios e diretrizes estratégicas de TIC deve ser realizado um direcionamento estratégico de TIC a ser adotado pela instituição. Para isso devem ser definidas a missão, visão e valores. A missão é a definição do propósito principal da TIC, com os propósitos que a individualizam e distinguem a razão de ser da área. A visão define como a TIC quer estar posicionada no seu ambiente de atuação, tanto no presente quanto no futuro. Já os valores fundamentam a conduta e, portanto, ditam como se deve agir. Esses elementos determinam a mensagem de como a TIC deseja desenvolver suas ações e relações acadêmicas, administrativas e pedagógicas com a comunidade interna e externa.

Missão

Estabelecer a Tecnologia da Informação e Comunicação como elemento de inovação tecnológica nos projetos, processos, produtos e serviços administrativos, acadêmicos e pedagógicos contribuindo para o alcance da missão, visão e objetivos estratégicos institucionais pautados na inovação pedagógica, transparência ativa e a transformação digital da Universidade Federal do Tocantins.

Visão

Ser reconhecida pela excelência dos projetos, serviços, operações e soluções de TIC fornecidos à Universidade Federal do Tocantins a partir de mecanismos sólidos de gestão e governança.

Valores

- **Compromisso:** atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;
- **Excelência Técnica:** aplicação da técnica mais adequada para cada situação;
- **Transparência:** garantia do acesso às informações, ações e decisões da TIC;

- **Colaboração:** promoção de um ambiente propício à integração e à realização coletiva dos projetos e ações, favorecendo o compartilhamento de soluções e do conhecimento;
- **Inovação:** identificar e implantar soluções inovadoras para o cumprimento da missão institucional;
- **Sustentabilidade:** Assegurar que a informação e os recursos de TIC sejam economicamente viáveis, socialmente justos e culturalmente aceitos;
- **Valorização das pessoas:** Incentivar o desenvolvimento das capacidades individuais, melhoria contínua do relacionamento interpessoal e satisfação pessoal e profissional.

2.2. Mapa Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

O mapeamento estratégico da TIC foi realizado com a ferramenta de gestão *Balanced ScoreCard* (BSC). O BSC traduz a missão e a estratégia institucional em um conjunto de medidas de desempenho para formar um sistema de medição e gestão estratégica. A proposta do BSC é tornar compreensível a visão, a missão e a estratégia, para que todos saibam o que fazer e de que forma suas ações impactam no desempenho institucional. O BSC auxilia na extração de indicadores e transformações organizacionais para criar uma visão integral da gestão a partir da sua situação atual, olhando para o futuro de forma pró-ativa, estabelecendo iniciativas priorizadas conforme às estratégias definidas.

O BSC leva em conta quatro perspectivas: Financeira, Clientes, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento, sendo substituída a denominação de clientes por comunidade. O Quadro 22 apresenta uma visão geral das perspectivas do BSC descrevendo-as sob o foco da área de TIC. No que tange a comunidade, buscou-se identificar como a TIC deve ser vista com foco em alcançar a visão proposta. Na perspectiva financeira foi considerada a sustentabilidade orçamentária buscando um maior retorno do investimento realizado. Para os processos internos, é importante identificar quais otimizações processuais devem ser realizadas. E por fim, sobre o aprendizado e crescimento, como obter uma melhoria contínua a partir dos resultados obtidos a partir da mensuração das metas e indicadores. O resultado da aplicação está expresso no Mapa Estratégico de TIC da UFT apresentado na Figura 14.

Quadro 22 Perspectivas do Balanced ScoreCard (BSC).

Perspectiva	Descrição
Comunidade	Analisa se a estratégia da área de TIC está se refletindo na satisfação da comunidade, para manter os atuais e incluir novos membros da comunidade via serviços digitais..
Financeira	Demonstra se a implementação da estratégia está refletindo na melhoria dos resultados financeiros de sustentabilidade e retorno financeiro dos investimentos.
Processos Internos	Verifica se os processos de TIC estão contribuindo para a geração de valor percebido pela comunidade e alcance das metas da instituição por meio da inovação.
Aprendizado e Crescimento	Determina as competências, tecnologias e sistemas organizacionais necessários para o desenvolvimento da instituição por meio dos seus recursos humanos.

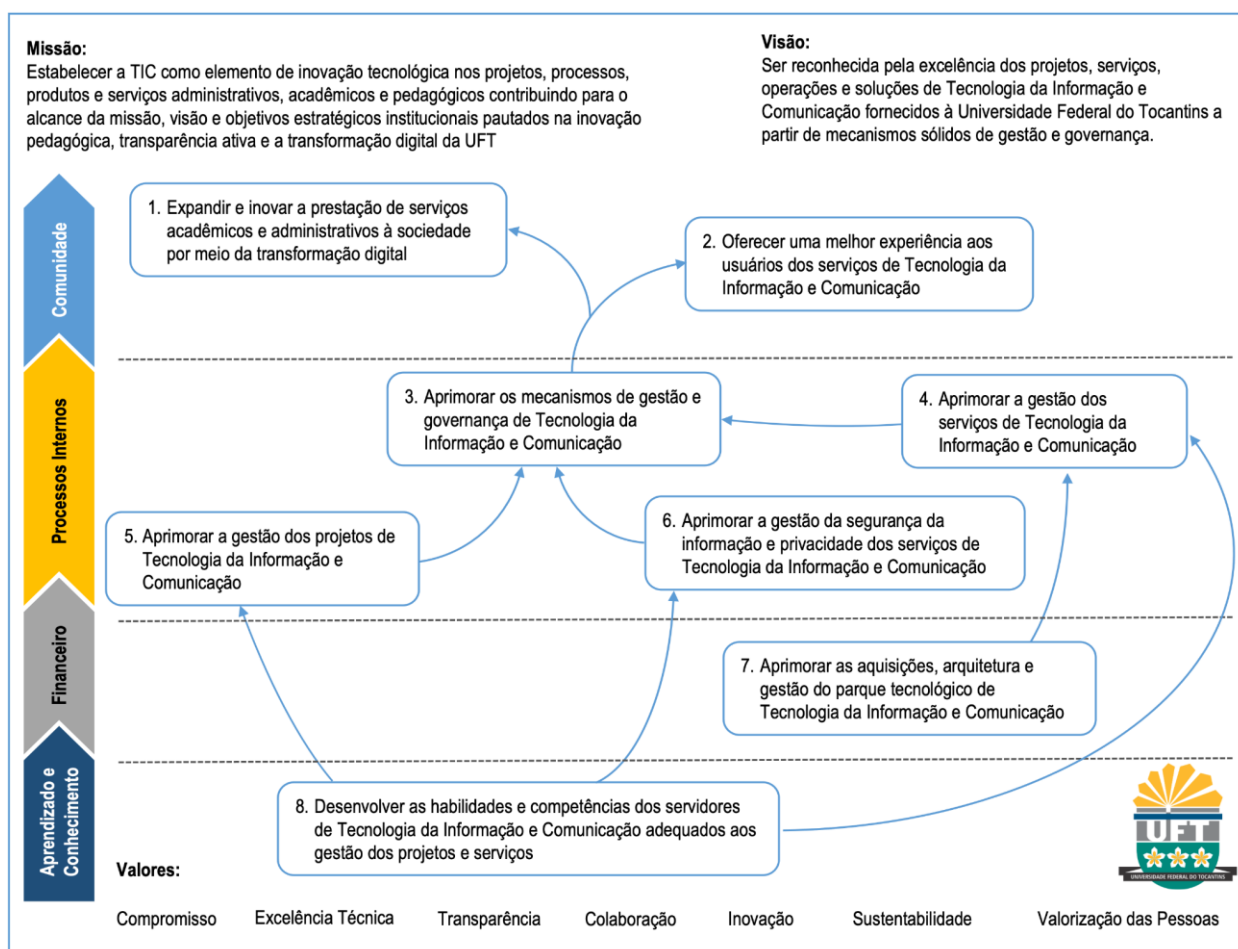


Figura 14 Mapa estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Estabelecidas a missão e a visão da PROTIC torna-se necessário o estabelecimento das metas e objetivos estratégicos para encerramento do ciclo do Planejamento Estratégico de TIC. A partir disso, torna-se possível o estabelecimento de planos de ação para a geração dos resultados, os quais evidenciam o cumprimento dos objetivos e metas institucionais a partir da visão pré-estabelecida no planejamento estratégico institucional. A Figura 10 apresenta essa estruturação e dinâmica de construção estratégica, tática e operacional.

2.3. Objetivos Estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação

Os objetivos estratégicos são as respostas aos desafios estratégicos diagnosticados pela equipe de gestão de TIC. Eles devem expressar o que a instituição terá como alvo para ser atingido e transposto de forma a vencer esses desafios. Eles constituem os passos necessários e suficientes para ir em direção à concretização da visão de futuro e são o elo entre as questões estratégicas (a missão, a visão, os valores e os desafios) e as questões táticas e operacionais, de forma que as ações do dia-a-dia da organização não fiquem desligados da direção estratégica traçada. Eles traduzem o que deve ser feito e dão um senso do caminho a ser percorrido com suas referências e seus marcos de passagem. Os objetivos estratégicos devem ser norteados pelo PDI e pela EGD.



Figura 10 Estrutura do Planejamento Estratégico para a construção de Planos de Ação.

Para cada objetivo estratégico foram propostos Programas Estratégicos de TIC (PET) como planos de ação no formato de programas e projetos integradores, para auxiliar a instituição na execução de ações para alcance da missão e objetivos estratégicos. Os programas estratégicos indicam, em linhas gerais, ações que têm por objetivo garantir que a TIC da UFT migre da situação atual para a situação definida na visão de futuro. Os Quadros 23-30 apresentam os objetivos estratégicos, seguidos por uma descrição geral, indicadores, objetivos estratégicos relacionados e fatores críticos de sucesso.

Os Objetivos Estratégicos de TIC são representados pela variável OET_i os quais são descritos de maneira geral e detalhados através de uma descrição da motivação da definição do objetivo. Cada objetivo de TIC vem acompanhado de um ou mais Objetivos Estratégicos Institucionais (OEI_i) associado o objetivo estratégico de TIC ao institucional, uma vez que a TIC configura-se como elemento imprescindível para o sucesso institucional. Os OET tem um conjunto de Indicadores de Resultados em TIC, representados pela variável IRT_i , que são utilizados para o acompanhamento do cumprimento de metas pelo CGD, o que viabiliza o monitoramento e a avaliação da TIC na instituição. Está previsto um acompanhamento trianual dos indicadores, os quais devem ser informados anualmente em relatórios de gestão estratégica pela PROTIC. Por fim, os OETs vem acompanhados dos fatores críticos de sucesso.

Destaca-se que os Fatores Críticos de Sucesso (FCS) são os elementos necessários para uma instituição ou projeto atingir sua missão e objetivos. Os FCSs são pontos-chave que, quando bem executados, definem e garantem o desenvolvimento e o crescimento de uma instituição, atingindo seus objetivos. Os FCSs são encontrados através de um estudo dos próprios objetivos institucionais, derivando de sua missão, sua visão e seus valores, tornando-se referências obrigatórias e fundamentais para que a instituição se mantenha e tenha sucesso.

Quadro 23 Objetivo Estratégico de TIC de expansão e inovação de serviços.

OET ₁	Expandir e inovar a prestação de serviços acadêmicos e administrativos de maneira acessível à sociedade por meio da transformação digital.			
Descrição:	Ampliar a quantidade e a qualidade de serviços acadêmicos e administrativos digitais para a comunidade interna e externa à UFT de forma acessível digitalmente a partir das diretrizes da Estratégia do Governo Digital (EGD).			
Identificador	Objetivo Estratégico Institucional			
OEI _{1.1}	Elevar o conceito institucional			
OEI _{1.2}	Melhorar os conceitos de avaliação dos cursos de graduação			
OEI _{2.1}	Elevar o número de matrículas e a permanência de alunos nos cursos de graduação			
OEI _{2.4}	Consolidar políticas de assistência estudantil			
OEI _{3.2}	Fomentar a criação e o desenvolvimento de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores			
OEI _{3.5}	Consolidar um ecossistema de Inovação e Empreendedorismo integrado e articulado			
OEI _{4.2}	Elevar a inserção e reconhecimento social da UFT no Estado do Tocantins			
Sigla	Indicador de Resultado	Metas		
IRT ₁ :	Percentual de serviços transformados digitalmente: apresenta a quantidade de serviços digitais oferecidos à sociedade em relação a Carta de Serviços e obter o percentual de transformação digital.	2023	2024	2025
		40%	50%	70%
IRT ₂ :	Percentual de serviços com canais totalmente digitais publicados no portal gov.br: incluindo os serviços previstos para as IES da Rede Federal	60%	75%	90%
IRT ₃ :	Percentual de processos críticos cobertos por sistema informatizado: processos administrativos e acadêmicos informatizados em relação a todos os processos críticos levantados.	70%	80%	85%
Fatores Críticos de Sucesso				

FCS ₁ :	Ampliar o acesso a serviços digitais na instituição através da execução do Plano de Transformação Digital.
FCS ₂ :	Aumentar a eficiência, a eficácia, a efetividade e a transparência dos serviços prestados otimizando a entrega de valor para a comunidade.
FCS ₃ :	Ampliar a comunicação interna e externa da instituição a partir dos seus serviços prestados e pelos mecanismos de comunicação formais e informais (i.e. redes sociais).

Quadro 24 Objetivo Estratégico de TIC de melhoria de experiência dos usuários.

OET ₂	Oferecer uma melhor experiência aos usuários dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação			
Descrição:	Aumentar o nível de satisfação dos usuários de TIC aprimorando a experiência do usuário em relação ao tempo de resposta e o nível dos serviços prestados à comunidade aprimorar a entrega de valor, aumentando a eficiência, a eficácia, a efetividade e a transparência			
Identificador	Objetivo Estratégico Institucional			
OEI _{1.4}	Institucionalizar nos PPCs dos cursos de graduação a utilização de novas tecnologias educativas compatíveis ao mundo 4.0.			
OEI _{1.7}	Fortalecer e promover melhores condições para a oferta de cursos e disciplinas na modalidade EaD			
OEI _{2.1}	Elevar o número de matrículas e a permanência de alunos nos cursos de graduação			
OEI _{2.2}	Adequar toda a infraestrutura da universidade para atender os requisitos de acessibilidade			
OEI _{4.2}	Elevar a inserção e reconhecimento social da UFT no Estado do Tocantins			
Sigla	Indicador de Resultado	Metas		
IRT ₄ :	Índice de satisfação do usuário: obtido pela avaliação dos serviços, vindo a qualidade a ser avaliada em termos de clareza das informações, facilidade de uso, qualidade dos canais de comunicação, custo ou esforço para a obtenção do serviço; disponibilidade do serviço; tempo para obter o serviço; e eficácia.	2023	2024	2025
		70%	75%	80%
IRT ₅ :	Índice de Maturidade de Acessibilidade Digital: percentual de atendimento do Portal de Informações em relação ao eMAG	88%	90%	90%
Fatores Críticos de Sucesso				

FCS ₄ :	Melhorar a experiência do usuário no uso e atendimento de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação por meio de técnicas de usabilidade e plataformas inovadoras.
FCS ₅ :	Aumentar a disponibilidade e efetividade dos canais de comunicação da instituição para melhoria do relacionamento com a comunidade a partir dos serviços digitais.
FCS ₆ :	Facilidade de utilização dos serviços digitais a partir de mecanismos que provenham simplicidade e intuitividade na navegação pelas telas do serviço.
FCS ₇ :	O atendimento realizado através do serviço digital deve cumprir todas as etapas necessárias para responder a solicitação do usuário.
FCS ₈ :	Aplicar as diretrizes do Modelo eMAG no Portal de Informações da Instituição.

Quadro 25 Objetivo Estratégico de TIC de melhoria de mecanismos de gestão e governança de TIC.

OET ₃	Promover a adoção e melhoria dos mecanismos de gestão e governança de Tecnologia da Informação e Comunicação			
Descrição:	Elevar os indicadores de gestão e governança de TIC para orientação, monitoramento e avaliação maximizando a atuação do Comitê de Governança Digital e Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação a partir dos indicadores iGesTI e iGovTI.			
Identificador	Objetivo Estratégico Institucional			
OEI _{5.1}	Elevar o índice Integrado de Governança e Gestão (iGG)			
OEI _{5.3}	Elevar o Índice de Governança em Tecnologia da Informação (iGovTI)			
OEI _{5.4}	Efetivar e intensificar as atividades do Comitê de Governança Digital (CGD)			
OEI _{5.6}	Reduzir os níveis de risco estratégico			
OEI _{5.7}	Elevar o índice de Maturidade da Gestão de Riscos			
OEI _{5.8}	Induzir a cultura da governança em todos os níveis da universidade			
Sigla	Indicador de Resultado	Metas		
		2023	2024	2025
IRT ₆ :	Indicador de Gestão de TIC: levanta o índice de capacidade de			

	gestão de TIC avaliado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).	32%	60%	80%
IRT ₇ :	Indicador de Governança de TIC: levanta o índice de capacidade de governança de TIC pelo Tribunal de Contas da União (TCU).	37%	60%	80%
IRT ₈ :	Indicador de Eficiência do CGD: obtém a frequência de reuniões do CGD para tratar políticas e diretrizes de TIC (10 reuniões/ano).	80%	90%	100%
IRT ₉ :	Indicador de Efetividade do CGD: obtém o cumprimento das deliberações e encaminhamentos das reuniões de governança.	70%	80%	90%
IRT ₁₀ :	Indicador de Eficiência do CGTIC: obtém a frequência de reuniões de gestão de TIC da instituição (15 reuniões/ano).	70%	80%	90%
Fatores Críticos de Sucesso				
FCS ₉ :	Ampliar os mecanismos de acompanhamento da gestão de TIC a partir do indicador iGesTI.			
FCS ₁₀ :	Ampliar os mecanismos de acompanhamento da governança de TIC a partir do iGovTI.			
FCS ₁₁ :	Reduzir os riscos estratégicos institucionais a partir do apoio da área de TIC.			
FCS ₁₂ :	Entender as TICs como ativos estratégicos essenciais para alcançar o sucesso institucional.			

Quadro 26 Objetivo Estratégico de TIC de melhoria de mecanismos de gestão e governança.

OET₄	Aprimorar a gestão dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	
Descrição:	Implementar ações e projetos que envolvam a melhoria, mapeamento e a automatização de processos relacionados ao gerenciamento de serviços de tecnologia da informação e comunicação.	
Identificador	Objetivo Estratégico Institucional	
OEI _{1.4}	Institucionalizar nos PPCs dos cursos de graduação a utilização de novas tecnologias educativas compatíveis ao mundo 4.0.	
OEI _{1.7}	Fortalecer e promover melhores condições para a oferta de cursos e disciplinas na modalidade EaD	
OEI _{2.2}	Adequar toda a infraestrutura da universidade para atender os requisitos de acessibilidade	
Sigla	Indicador de Resultado	Metas



IRT ₁₁ :	Coeficiente de conformidade com o Acordo de Nível de Serviço: obtido a partir da avaliação dos serviços em uma escala de 5 notas cujos itens satisfeitos e muito satisfeitos serão somados e divididos pelo total de respostas.	2023	2024	2025
		20%	40%	70%
IRT ₁₂ :	Percentual de incidentes informados: taxa de incidentes relatados através do sistema Atende+ de gestão de atendimento a serviços	30%	25%	20%
IRT ₁₃ :	Percentual de requisições informados: taxa de requisições de atendimentos realizados via sistema de atendimento Atende+	70%	75%	80%
IRT ₁₄ :	Tempo Médio Entre Falhas: indicador de desempenho de TIC que mede a quantidade de dias entre ocorrência de duas falhas	30	90	120
IRT ₁₅ :	Tempo Médio de Reparo: indicador de desempenho de TIC que mede a quantidade de horas para reparar uma falha	4	2	1
Fatores Críticos de Sucesso				
FCS ₁₃ :	Elaborar e manter um Catálogo de Serviços de TIC.			
FCS ₁₄ :	Implementar o processo de gestão de configuração e ativos de serviços de TIC.			
FCS ₁₅ :	Implementar o processo de gestão de incidentes de serviços de TIC.			
FCS ₁₆ :	Definir o Acordo de Nível de Serviço com as demais áreas de negócio da instituição.			
FCS ₁₇ :	Executar o processo de gestão de continuidade de serviços de TIC.			

Quadro 27 Objetivo Estratégico de TIC de aprimoramento da gestão de projetos.

OET₅	Aprimorar a gestão dos projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação
Descrição:	Implementar e fomentar ações de melhoria e gestão de projetos e processo de desenvolvimento de software com ênfase nas etapas de concepção, desenvolvimento e manutenção.
Identificador	Objetivo Estratégico Institucional
OEI _{1.4}	Institucionalizar nos PPCs dos cursos de graduação a utilização de novas tecnologias educacionais compatíveis ao mundo 4.0.
OEI _{1.7}	Fortalecer e promover melhores condições para a oferta de cursos e disciplinas na modalidade EaD

OEI _{2.2}	Adequar toda a infraestrutura da universidade para atender os requisitos de acessibilidade				
Sigla	Indicador de Resultado	Metas			
IRT ₁₆ :	Índice de mudança de priorização de projetos: indica o percentual de solicitações de mudança de software em conformidade com critérios de seleção e priorização do CGD.	2023	2024	2025	
		70%	75%	80%	
IRT ₁₇ :	Tempo de entrega (lead time): tempo de entrega em relação ao previsto para o desenvolvimento de software do início do projeto até a entrega do Mínimo Produto Viável (MVP)	360	180	120	
IRT ₁₈ :	Taxa de sucesso da meta Sprint: métrica que calcula a porcentagem de itens que a equipe de desenvolvimento completou no sprint backlog em relação ao previsto	70%	80%	90%	
IRT ₁₉ :	Número de versões de software: monitora com que frequência soluções são lançadas trimestralmente	3	2	1	
IRT ₂₀ :	Taxa de detecção de defeitos: calcula a relação entre o número de defeitos encontrados antes do lançamento da solução em comparação com o número encontrado após o lançamento.	70%	80%	90%	
Fatores Críticos de Sucesso					
FCS ₁₈ :	Estabelecer critérios de seleção e priorização de aquisição e desenvolvimento de software.				
FCS ₁₉ :	Implantar um processo de software para as atividades de desenvolvimento e manutenção.				
FCS ₂₀ :	Manter um processo de gestão de projetos por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e metas de processo.				
FCS ₂₁ :	Implantar processo de gestão de projetos com equipe devidamente capacitada.				
FCS ₂₂ :	Manter processo de software revisado e melhorado com base nas mensurações obtidas				

Quadro 28 Objetivo Estratégico de TIC de melhoria da gestão da segurança cibernética e privacidade.

OET ₆	Assegurar a gestão da segurança da informação e privacidade dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
Descrição:	Implementar ações e mecanismos de melhoria da segurança de tecnologia da informação e comunicação para minimização dos riscos e maximização da continuidade de negócio preservando os critérios de segurança da informação e privacidade.



Identificador	Objetivo Estratégico Institucional				
OEI _{5,3}	Elevar o Índice de Governança em Tecnologia da Informação.				
OEI _{5,4}	Efetivar e intensificar as atividades do Comitê de Governança Digital (CGD)				
OEI _{5,6}	Reduzir os níveis de risco estratégico				
OEI _{5,7}	Elevar o índice de Maturidade da Gestão de Riscos				
Sigla	Indicador de Resultado	Metas			
IRT ₂₁ :	Taxa de total de endpoints monitorados: taxa de cobertura de dispositivo ou recursos que possam ser usados como fonte de informação	2023	2024	2025	
		70%	80%	90%	
IRT ₂₂ :	Taxa de detecção de incidentes: percentual de detecção de incidentes e tentativas de quebra de segurança	80%	90%	95%	
IRT ₂₃ :	Indicador de Eficiência do CSI: obtém a frequência de reuniões do Comitê de Segurança da Informação para tratar políticas e diretrizes de Segurança da Informação (04 reuniões/ano).	75%	100%	100%	
IRT ₂₄ :	Indicador de Efetividade do CGD: obtém o cumprimento das deliberações e encaminhamentos das reuniões do CSI.	70%	80%	90%	
Fatores Críticos de Sucesso					
FCS ₂₃ :	Implementar o processo de gestão de ativos e controle de acesso associados à informação.				
FCS ₂₄ :	Implementar o processo de gestão de resposta a incidentes de segurança da informação.				
FCS ₂₅ :	Implementar as diretrizes estabelecidas na Política de Segurança da Informação.				
FCS ₂₆ :	Elaborar normas e procedimentos para uso dos serviços de TIC e ativos de informação.				
FCS ₂₇ :	Implementar o processo de gestão de riscos de TIC relativo aos processos de negócio.				
FCS ₂₈ :	Implementar o processo de classificação e tratamento da informação.				

FCS ₂₉ :	Implementar as atividades de gestão da segurança dos recursos de processamento da informação, inclusive dos recursos de nuvem computacional.
---------------------	--

Quadro 29 Objetivo Estratégico de TIC de otimizar as contratações e gestão do parque tecnológico.

OET ₇	Otimizar as contratações e gestão do parque tecnológico de Tecnologia da Informação e Comunicação			
Descrição:	Otimizar os processos de contratação de produtos e serviços de TIC conforme as legislações, orientações do Governo Federal e normas complementares da UFT gerando capacidade e disponibilidade para os serviços a partir de uma gestão eficiente e efetiva do parque tecnológico institucional.			
Identificador	Objetivo Estratégico Institucional			
OEI _{1.4}	Institucionalizar nos PPCs dos cursos de graduação a utilização de novas tecnologias educativas compatíveis ao mundo 4.0.			
OEI _{1.7}	Fortalecer e promover melhores condições para a oferta de cursos e disciplinas na modalidade EaD			
OEI _{2.2}	Adequar toda a infraestrutura da universidade para atender os requisitos de acessibilidade			
OEI _{4.3}	Consolidar a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a transferência de tecnologias para a sociedade			
OEI _{5.5}	Elevar o Índice de Governança em Aquisições			
OEI _{5.9}	Direcionar a governança para as áreas finalísticas da universidade			
OEI _{2.2}	Adequar toda a infraestrutura da universidade para atender os requisitos de acessibilidade			
Sigla	Indicador de Resultado	Metas		
IRT ₂₅ :	Índice de conformidade com o PDTIC: taxa de execução das ações planejadas para o ano definidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.	2023	2024	2025
		70%	75%	80%
IRT ₂₆ :	Taxa de renovação do parque tecnológico: taxa de atualização dos ativos e componentes da infraestrutura de TIC	30%	50%	60%
IRT ₂₇ :	Taxa de migração dos serviços para a nuvem: Índice de serviços implantados no ambiente de computação em nuvem	20%	25%	30%

IRT ₂₈ :	Retorno do Investimento: Indicador que expressa a taxa de retorno do investimento de TIC detectada para as áreas acadêmica e administrativa a partir de mecanismos de gestão e governança	60%	70%	80%
Fatores Críticos de Sucesso				
FCS ₃₀ :	Manter e Gerenciar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.			
FCS ₃₁ :	Padronizar as atividades de contratação e de gestão de contratos de TIC por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e metas de processo.			
FCS ₃₂ :	Manter informações analíticas sobre os processos de contratações nas diferentes modalidades: registro de preço (solidário/conjunto); adesão; dispensa; inexigibilidade.			
FCS ₃₃ :	Estabelecer estratégias de migração de serviços para ambiente de computação em nuvem.			

Quadro 30 Objetivo Estratégico de TIC de gestão e desenvolvimento do pessoal de TIC.

OET₈	Desenvolver as habilidades e competências dos servidores de Tecnologia da Informação e Comunicação adequadas ao planejamento, execução e avaliação dos projetos e serviços digitais
Descrição:	Aumentar o nível de habilidades e competências da equipe de Tecnologia da Informação e Comunicação da instituição para aprimorar as atividades de gestão, governança, operação, projetos e serviços digitais institucionais.
Identificador	Objetivo Estratégico Institucional
OEl _{4,1}	Estimular a inserção social da universidade gerando conhecimento e inovação à sociedade.
OEl _{4,2}	Elevar a inserção e reconhecimento social da UFT no Estado do Tocantins.
OEl _{4,3}	Consolidar a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a transferência de tecnologias para a sociedade.
OEl _{5,1}	Elevar o índice Integrado de Governança e Gestão (iGG)
OEl _{5,2}	Elevar o Índice de Governança em Gestão de Pessoas
OEl _{5,8}	Induzir a cultura da governança em todos os níveis da universidade
OEl _{5,9}	Direcionar a governança para as áreas finalísticas da universidade



Sigla	Indicador de Resultado	Metas		
		2023	2024	2025
IRT ₂₉ :	Índice de execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas de TIC: Adotar os indicadores de desenvolvimento de pessoas de TIC como norte para a capacitação, formação e qualificação do quadro de servidores dentro dos macroprocessos definidos.	70%	80%	85%
IRT ₃₀ :	Índice de capacitação da unidade: Percentual de servidores da PROTIC/UFT= (quantidade de servidores da PROTIC capacitados x 100)/quantidade de servidores da PROTIC.	50%	70%	75%
IRT ₃₁ :	Taxa de investimento em capacitação: Investimento em capacitação = (total de investimento realizado x 100)/investimento total previsto para o ano.	75%	80%	90%
IRT ₃₂ :	Taxa de sucesso na capacitação: Taxa de sucesso = (quantidade de certificados apresentados pelos servidores da PROTIC x 100)/quantidade de servidores da PROTIC que participaram da capacitação.	80%	85%	90%
IRT ₃₃ :	Taxa de servidores graduados: Percentual de servidores com graduação = (quantidade de servidores da PROTIC com título de bacharel/licenciado/tecnólogo x 100)/quantidade de servidores da PROTIC	85%	90%	95%
IRT ₃₄ :	Taxa de servidores especialistas: Percentual de servidores com especialização = (quantidade de servidores da PROTIC com título de especialização x 100)/quantidade de servidores lotados na PROTIC	80%	85%	90%
IRT ₃₅ :	Taxa de servidores mestres: Percentual de servidores da PROTIC com título de mestrado (quantidade de servidores da PROTIC com título de mestrado x 100)/quantidade de servidores lotados na PROTIC	5%	7%	10%
IRT ₃₆ :	Taxa de servidores doutores = Percentual de servidores da PROTIC com título de doutorado = (quantidade de servidores da PROTIC com título de doutorado x 100)/quantidade de servidores da PROTIC;	2%	2%	5%
Fatores Críticos de Sucesso				
FCS ₃₄ :	Qualificar a equipe em nível stricto sensu em gestão, inovação, tecnologia e educação formando para para melhor interação com a comunidade acadêmica, científica e tecnológica.			
FCS ₃₅ :	Desenvolver as habilidades e competências da equipe em áreas específicas do campo de atuação da Tecnologia da Informação e Comunicação na instituição.			



FCS ₃₆ :	Atrair e reter servidores para o quadro de administradores, analistas em tecnologia da informação e técnicos em tecnologia da informação.
FCS ₃₇ :	Dimensionar a força de trabalho de Tecnologia da Informação e Comunicação adequadas às necessidades de transformação digital da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A institucionalização de um PETIC é fundamental para a gestão estratégica de TIC, como uma ferramenta indispensável para o processo de tomada de decisão e interlocução dos atores que compõem a estrutura decisória de TIC. Dessa forma, este documento sistematiza a busca pelo aprimoramento do processo de governança e gestão de TIC, com o direcionamento de ações, o monitoramento do desempenho e avaliação dos objetivos estabelecidos, em conformidade aos objetivos estabelecidos no PDI e resultados institucionais almejados. Portanto, representa os esforços que a área de TIC têm empregado para estabelecer, em sua forma de atuação, o alcance da missão e objetivos estratégicos institucionais.

Deve-se destacar que a área de TIC tem deixado de ser meramente uma atividade de suporte às estratégias da instituição voltada à prestação dos serviços públicos para ser, em muitos casos, a própria estratégia do negócio, pois muitos dos serviços públicos atualmente prestados à sociedade somente podem ser realizados por meio do uso intensivo da TIC. Por fim, é importante destacar que os projetos e as ações necessários para o alcance dos objetivos e metas aqui apresentadas, constituirão o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação para o exercício 2023 - 2025, assim como será adotado como base fundamental para outros documentos de planejamento, tais como o Plano de Contratações de Tecnologia da Informação, Plano de Dados Abertos e Plano de Transformação Digital, dentre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Daychoum (2018). Daychoum, M. Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento. Ed. Brasport, 2018.

Hofrichter (2019). Hofrichter, M. Análise SWOT. Ed. Simplissimo, 2019.

Brasil (2022). Guia do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação do Ministério da Economia. Acesso em 22/11/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/sisp/guia-do-gestor/documentos/guia-de-pdtic-do-sisp-2-1>.

UFT (2011). Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação 2011-2014: Processo gerencial de formulação de objetivos para a seleção de programas de ação e execução da DTI. Diretoria de Tecnologia da Informação. Universidade Federal do Tocantins. Acesso em: 01/02/2023. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/VLW5e-trQcyrT2clyboWIA>.

Brasil (2019). Portaria nº 778, de 4 de abril de 2019. Dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal - SISP. Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Governo Digital. Acesso em 17/04/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/sisp/portaria-sgd-me-no-778-de-4-de-abril-de-2019>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Avenida NS 15, Quadra 109 Norte | Plano Diretor Norte
Sala 104, Bloco IV, Câmpus de Palmas | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3229-4034 | www.uft.edu.br/tic | protic@uft.edu.br



UFT (2014). Resolução nº 03/2014 - CGTI: Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação 2014-2022. Diretoria de Tecnologia da Informação. Universidade Federal do Tocantins. Acesso em: 01/02/2023. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/nkaT_-QcQ2WlyxeiO55Dlw.

(UFT, 2021) Universidade Federal do Tocantins. Resolução Consuni nº 038/2021 que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2021-2025. Conselho Universitário. Acesso em 21/12/2022. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/l6G29vJbQ1iklp_eqtOvgw.